

Título da Comunicação

Recent Portuguese and Finnish higher education reforms in comparison

Autor

JAAKKO KAUKO

[\(jaakko.kauko@helsinki.fi\)](mailto:jaakko.kauko@helsinki.fi)

Instituição

Univ. Helsinki

RESUMO

In 2008–2009 the Finnish Higher Education (HE) system went through a series of legislative changes. These were similar to changes made in the Portuguese HE system two years earlier, in 2006–2007. In both cases, the role of the universities was changed into one of collected persons under public law or public foundations under private law.

Considering quality assurance (QA), a new agency was established in Portugal by decree in 2007 after consultations by the OECD and ENQA (European Association of Quality Assurance in Europe). In the Finnish case a QA-agency was established already in 1995 partly due to suggestions from the OECD. This will offer a good point for comparing the two HE systems. My purpose is to ponder how these two different HE systems came into the same kind of conclusions? What is the role of international organizations here?

Título da Comunicação

*Políticas de construções escolares: conhecimento,
decisão política e acção pública*

Autor

ANA PATRICIA ALMEIDA
(anapatricia@isec.universitas.pt)

Instituição

Instituto Superior de Educação e Ciências

RESUMO

Esta comunicação pretende dar conta de um projecto de investigação sobre as Políticas de Construções Escolares, que se insere no âmbito de um curso de doutoramento em Ciências da Educação, sob o tema aglutinador “Conhecimento, decisão política e acção pública”. É no interior deste espaço que o objecto de estudo é construído, mobilizando para tal contributos teóricos oriundos de diversos campos disciplinares, tais como a sociologia, a ciência política, a análise das políticas públicas. Animado, assim, por um debate acerca das transformações do papel e das formas de intervenção do Estado no governo da educação, este projecto procura constituir um compromisso com a compreensão das relações entre conhecimento, decisão política e acção pública (CARVALHO, 2007). O estudo proposto parte de um conjunto de modelos teóricos e de conceitos no âmbito da análise das políticas públicas e segue uma perspectiva construtivista¹, que aplicada à análise das políticas públicas, se situa num quadro teórico que sublinha a natureza socialmente construída da realidade e que entende a política como um processo sócio-cognitivo construído. Tradicionalmente, a ciência política, conceptualiza as políticas públicas de uma forma redutora, “apenas em torno dos dispositivos formais de governação (produção legislativa e normativa, actividade executiva das autoridades públicas) numa perspectiva predominantemente jurídica e administrativa” (AFONSO, 2007, p. 1), dando primazia ao impulso governamental e à acção do Estado.

Assistimos actualmente ao alargamento da visão tradicional de política pública e conseqüente adopção de uma abordagem da acção pública. No âmbito desta abordagem, “são consideradas as acções das instituições públicas e de uma multiplicidade de actores, públicos e privados, oriundos quer da sociedade civil quer da esfera estatal, que agem em conjunto, em interdependências múltiplas, ao nível nacional mas também local e supranacional, para produzir formas de regulação das actividades colectivas.” (COMMAILLE, 2006, p. 415). É neste campo que o projecto é elaborado e é à luz do modelo teórico da sociologia da acção pública que o tema de investigação é problematizado e que é definida a inquirição. No que diz respeito ao domínio das construções escolares, este caracteriza-se por uma circulação incessante de elementos pedagógicos, urbanísticos, administrativos, estéticos, económicos, de mobiliário, científicos, de planeamento, onde as mudanças ao nível da missão das escolas, das práticas pedagógicas, dos processos de decisão, dos modos de produção das construções escolares jogam um papel preponderante. Neste contexto, a análise (das políticas) de construções escolares tem-se centrado, alternadamente em debates no domínio da arquitectura, da pedagogia, da história da educação, do planeamento, da gestão de recursos educativos.

Pretende-se, assim, desenvolver uma análise destas políticas, que consiga centrar num único debate um conjunto de aspectos muitas vezes dissociados (DEROUET-BESSON, 1998) e que, simultaneamente procure apreender “a heterogeneidade de interesses em presença, a complexidade de estratégias dos actores envolvidos, os meandros da tomada de decisão política, as reinterpretações no momento da implementação, os efeitos e os reajustamentos regulares dos dispositivos iniciais” (Lascoumes citado por VAN ZANTEN, 2004, p. 26).

¹ Nesta perspectiva construtivista Ball (1994) sublinha que a análise das políticas públicas deve se interessar por dois tipos de contexto: o contexto da formulação e produção das políticas e o contexto da sua aplicação/implementação, que compreende um trabalho de reinterpretação, adaptação e transformação das políticas no qual se envolvem continuamente os actores locais.

Título da Comunicação

Economics for Human Rights

Autor

MANUEL COURET BRANCO

(mbranco@uevora.pt)

Instituição

Univ. Évora

RESUMO

Human rights are assuredly one of the most influential and fruitful concepts of modern times in the human quest for dignity. Economics, in its turn, has developed a considerable amount of tools especially designed to overcome, or at least mitigate, scarcity, probably the most tormenting spectre that haunts the deprived. Human rights and economics, thus, have contributed immensely to free human kind, human rights from fear and economics from want. Despite this convergence it seems that economics regards human rights as competing rather than as completing.

In this paper it will be argued that, today, mainstream economics discourse is often contradictory with promoting human rights. What are the changes economics must undergo in order to become an instrument to promote human rights, then? These changes will be examined in four specific aspects concerning specific economic, social and cultural human rights. First, on the right to work, second on the right to social security, third on cultural freedom, and finally on substantive democracy.

Sala 12.1.19

Gestão Pública e Burocracia

MODERADOR: André Azevedo Alves, Univ. Aveiro

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Dirigismo e Quase-liberalismo-aspectos políticos da reforma do Estado no Brasil</i>
<i>Autor</i>	JOÃO PAULO M. PEIXOTO (jpm@unb.br)
<i>Instituição</i>	Univ. Brasília

RESUMO

Origem da própria Ciência Política, o Estado é acima de tudo um objeto de poder. Sua natureza, concepção, formato e perfil ideológico variam ao longo de uma oscilante trajetória, expressando, também, a idéia abstrata de governo em geral e o sentido da autoridade governamental contrastando com os governados.

O Estado é um fenômeno quase global. Uma entidade que mesmo variando seu aparato governamental esteve sempre presente na vida do homem ao longo dos séculos, visto que o homem sempre esteve submetido a algum tipo de autoridade pública, desde o começo da vida em sociedade. Percebe-se, também, que existe uma identidade substancial de propósitos, comum a todos os Estados, posto que, enquanto idéia, é também desejo, vontade e ideal de promover o bem comum; o contrário, portanto, de algo material, concreto. Parece haver concordância geral quanto a isto. As divergências surgem quanto aos meios e a ideologia necessários para atingir este objetivo comum.

O processo de reforma do Estado parece ser mais uma variante da antiga disputa ideológica entre liberais e estatistas; entre liberalismo e socialismo; entre economia de mercado e economia estatal, entre capitalismo e socialismo, enfim, uma nova versão do clássico embate entre direita e esquerda. No caso brasileiro ao menos, razões pragmáticas vieram a confundir o confronto das idéias políticas, misturando posições e atores políticos. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, embora membro de um partido social - democrata, o PSDB, em realidade pôs em ação, pragmaticamente, um modelo econômico fortemente influenciado pelo liberalismo econômico.

Esta trajetória, fortemente impulsionada por fatores externos [globalização] e internos [crise fiscal], levou o partido e o próprio governo a migrarem da centro-esquerda para o centro do espectro político. Estas questões serão analisadas no presente artigo.

Título da Comunicação

Governo electrónico e a reinvenção do Estado contemporâneo

Autor

ANDREIA SANTOS PINTO

(andreia.santospinto@gmail.com)

Instituição

Univ. Nova de Lisboa

RESUMO

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) são usadas pelos governos como forma de modernizarem a administração pública e atingirem objectivos de desburocratização, eficácia, transparência e aumento de competências, para além da redução de pessoal e de constituir um "comportamento verde", através da redução de papel. Os serviços disponíveis online, como o Portal do Cidadão e o Portal das Finanças, revelam que, perante os novos desafios da sociedade contemporânea, o Estado assume novos papéis, reinventando-se para dar resposta à sociedade do conhecimento.

A aposta no Governo electrónico revela que, a par do modelo weberiano hierarquizado, surge um Estado cada vez mais horizontal, cooperativo e comunicativo, que age em rede e encoraja a economia do conhecimento. O Estado já não se limita apenas a elaborar e executar políticas públicas: abriu-se à sociedade, às empresas e parceiros sociais para se tornar um Estado mediador de interesses, aumentando, assim, a proximidade dos vários elementos numa vasta rede.

Anfiteatro 12.2.1

Mediatização da Política

MODERADOR: Rui Novais, Univ. Porto

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Rally Around the Flag? Portuguese Media Coverage of the 2007 European Council Presidency</i>
<i>Autor</i>	<i>RUI NOVAIS</i> <i>(ran@icicom.up.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Porto</i>

RESUMO

This paper seeks to assess the media reporting of a key event in the Portuguese contemporary foreign policy and a defining moment for the country's participation in the European Union: its latest – and possibly the last - European Council Presidency. The 2007 Presidency, usually a period of rallying, nationalistic public and governmental atmosphere, came at a time of high tension in domestic politics and society with elite opinion polarized and citizens dissatisfied with their national government. Arguably, these conditions offered a most unique position from which to investigate about nationalism in regard to 'indexing' and 'follow the trail of power' theories. Drawing on a content analysis of the press reporting of the 2007 Portuguese presidency, this study complements, extends, and also challenges existing research on the potential of national influences in shaping the media coverage.

Título da Comunicação

Peace media: reproducing aid system traps?

Autor

SOFIA JOSÉ SANTOS

(sofijosesantos@gmail.com)

Instituição

FEUC/CES – Univ. Coimbra

RESUMO

International intervention through the creation of peace media (i.e. media which direct their programming towards inverting deep-rooted violence) in post-conflict societies has been most intense and complex during the last decade. However, there is a clear lack of theoretical assessment and critical analysis concerning this kind of intervention. This study aims at critically analysing this peace media agenda.

Departing from contradictions between formal peace media mandates and the real conditions it promotes on the ground, I aim at proposing an analytical view of this intervention agenda, drawing a parallel between peacebuilding intervention and aid system intervention, taking into account the gaps that connect these two systems and applying them to the specificities of the peace media using the two following concepts: ideology and technology.

Título da Comunicação

*Going Social? New media and the 2009 electoral
campaigns in Portugal*

Autor

VIVIANE ARAÚJO e JOANA CORREIA
(vivisbh@hotmail.com/cc.joana@gmail.com)

Instituição

Univ. Porto

RESUMO

This article assesses the growing role of new communication technologies in terms of the electoral campaigns. To achieve it analyses the possibilities and functions of the web-based social networks, in particular, within the 2009 local elections in Portugal. Drawing on a content analysis of the informational flow emanating from the social networks during the final weeks of the campaign, complemented with both an ethnographic account and qualitative interviews comprising political consultants, journalists and new media practitioners in electoral campaigns, it hopes to offer a critical contribution to the understanding of the issues at stake. It will argue that not only new media and web-based social networks are becoming a recurrent feature of the campaigns- to interact with the media and the public -, but also assuming unconventional roles in terms of the Portuguese political tradition.

Sala 12.2.8

Identidade e Construção Europeia

MODERADORA: Cláudia Toriz Ramos, Univ. Fernando Pessoa

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Comunicar a construção europeia: abordagem diacrónica às políticas de informação</i>
<i>Autor</i>	<i>ANA LÚCIA TERRA (anaterra@eu.ipp.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Instituto Politécnico do Porto</i>

RESUMO

Com base num trabalho realizado no âmbito de uma pesquisa de doutoramento, faz-se uma síntese analítica dos principais documentos relativos à formulação e à implementação das políticas de informação e comunicação, desde a época da Comunidade Europeia do Aço e do Carvão, nos anos cinquenta, até ao final do primeiro semestre de 2007, já no âmbito da União Europeia. Assim, demonstra-se a preocupação do Parlamento Europeu e da Comissão com esta área de acção desde finais da década de cinquenta, no intuito de criar uma opinião pública favorável ao projecto europeu.

Paralelamente, desenha-se uma imagem das estratégias de informação desenvolvidas pelo projecto comunitário, as quais começam a enfatizar, a partir da primeira eleição do Parlamento Europeu, em 1979, os aspectos comunicacionais, promovendo, em teoria, a transformação de um consenso passivo numa adesão activa dos cidadãos de todos os países membros face à construção europeia.

Título da Comunicação

A Identidade Política Internacional da União

Europeia - uma abordagem teórica

Autor

ANA SANTOS PINTO

(ana.pinto@ipri.pt)

Instituição

IPRI – UNL

RESUMO

Pretende-se, com esta comunicação, analisar criticamente o modelo teórico de construção e projecção da identidade política internacional da União Europeia (UE), aqui entendida como o conjunto de elementos que definem a sua natureza e instrumentos disponíveis para dar expressão às políticas por ela determinadas, tendo em consideração, por um lado, a forma como esta identidade é percebida ao nível interno pelos Governos dos Estados-membros e instituições da União e, por outro, ao nível externo, por outros actores do sistema internacional.

Considera-se, ainda, fundamental compreender a relação entre esta formulação conceptual, da responsabilidade de instituições e titulares de cargos com competências em questões externas, e a definição e execução das políticas e acções nestas mesmas matérias.

Título da Comunicação

*A relação entre a emigração portuguesa e as
políticas migratórias europeias*

Autor

ALEXANDRA CORINA FERREIRA

(a33323@ua.pt)

Instituição

Univ. Aveiro

RESUMO

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar a emigração portuguesa entre as décadas de 1960 e 2000, com especial atenção para os dados após 1991, ano em que Portugal assinou o Acordo de Schengen.

Para percebermos as mudanças que ocorreram na emigração portuguesa ao longo das décadas, estudamos as políticas migratórias na União Europeia e avaliamos a sua influência nas tendências e características da emigração portuguesa.

Título da Comunicação

Ideias de Europa no discurso Político Nacional

Autor

CLÁUDIA TORIZ RAMOS

(ctorizramos@gmail.com)

Instituição

Univ. Fernando Pessoa

RESUMO

Esta comunicação apresenta as linhas gerais de uma investigação em curso, no âmbito do projecto SENT – *The network of European Studies* – sobre as ideias de Europa tal como são construídas e divulgadas no discurso político nacional. Para tal, toma o caso português como referência e foca, em especial, os momentos cruciais do debate político sobre integração europeia, nomeadamente os debates parlamentares sobre revisão dos tratados.

Procura-se correlacionar os posicionamentos político-partidários sobre integração com o arco ideológico e estabelecer termos de comparação com outros casos europeus. É objectivo do presente estudo identificar flutuações conjunturais do discurso político sobre integração europeia, mas também caracterizar posicionamentos nacionais de longa duração relativos a esse processo e suas implicações para a consecução do mesmo.

Sala 12.2.9

Elites e Representação Política I

MODERADOR: Pedro Tavares de Almeida, FCSH-UNL

DISCUSSANT: Manuel Meirinho Martins, ISCSP-UTL

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Political Elite Recruitment and Democratic Consolidation in Portugal</i>
<i>Autores</i>	<i>PEDRO TAVARES DE ALMEIDA e ANDRÉ FREIRE</i> <i>(tavaresdealmeida@fcs.unl.pt/ andre.freire@iscte.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>FCSH – UNL e CIES – ISCTE</i>

RESUMO

Portugal is a middle aged democracy: in 1974 it initiated the so-called “third wave” of democratization at world level and since the mid 1980s democratic consolidation is unquestionable.

Building on longitudinal data concerning patterns of recruitment and the sociodemographic and political profiles of ministers and MPs, this paper tries to answer the following research question: is there evidence of growing professionalization of both governmental and parliamentary elites in Portugal, and can it be seen as an indicator of both institutionalization of the democratic regime and of increasing quality of the political elite?

Firstly the theoretical framework is presented. Secondly, the paper describes the main features of the political system and explains how they frame the structure of opportunities and incentives for political entrepreneurs. Thirdly, the evolution of the patterns of recruitment and of the social and political profiles of ministers and MPs are analyzed so as to see if there is evidence of growing professionalization and specialization among political elites. Finally, the paper discusses if the data do point to the expected direction and if they can be interpreted as an indicator of both institutionalization of the democratic regime and of increasing quality of the political elite.

Título da Comunicação

O lugar da elite berlusconiana na história da Itália

Autor

GOFFREDO ADINOLFI e GUYA ACCORNERO
(goffredoadinolfi@hotmail.com/guyaaccornero@hotmail.com)

Instituição

CIES-ISCTE e ICS – UL

RESUMO

Após a crise de 1992 e a introdução de uma reforma eleitoral em 1993 a Itália estava a procura de um sistema político que mudasse em profundidade os seus equilíbrios. Em Janeiro de 1994 nasce um novo partido, liderado por um grande empresário das televisões: Forza Itália.

Sílvio Berlusconi, o líder da nova formação conservadora, torna-se um dos principais pontos de referência da segunda fase da história política republicana e, provavelmente, pessoa mais debatida nos últimos cinquenta anos.

O que se pretende aqui analisar é a composição e os paradigmas de recrutamento da elite ministerial introduzida nos governos de Sílvio Berlusconi e, em segundo lugar, verificar a sua continuidade ou descontinuidade dentro da história política italiana do segundo pós-guerra. Assim, examinaremos os seus três governos – 1994-1995; 2001-2006; 2008 – para tentarmos delinear o percurso de desenvolvimento da sua liderança política.

Título da Comunicação

Quem Dirige a Administração Pública Portuguesa?

Autor

FILIPE ABREU NUNES

Instituição

ICS – UL

RESUMO

Já existe alguma investigação nacional sobre elites políticas. Mas são ainda poucos os estudos empíricos sobre recrutamento de elites administrativas em Portugal. A revisão do estatuto do pessoal dirigente, em 1997, com a consequente publicação em Diário da República dos currículos dos dirigentes de topo recrutados por nomeação política do governo, veio permitir-nos conhecer melhor o perfil da elite administrativa portuguesa: directores gerais, gestores públicos e equiparados dos serviços e organismos da Administração do Estado. Com base nos currículos publicados, foi possível traçar o perfil político e o perfil social (sociodemográfico e formativo) dos directores gerais em funções durante o XIV Governo Constitucional (maioria relativa PS), comparando-o com o perfil dos gestores públicos e dos dirigentes nomeados já pelos XX e XVI Governos Constitucionais (maioria absoluta PSD+CDS).

Pelos dados já conhecidos, e procurando uma perspectiva comparativa e um retrato social, vemos que se trata duma elite predominantemente masculina, embora não tanto como a elite parlamentar portuguesa ou a elite administrativa espanhola; algo envelhecida como a elite grega; em muitos casos nascida na capital e nos distritos onde o sector privado é menos dinâmico; e com origens sociais nas classes privilegiadas, como acontece em Espanha, França, ou Reino Unido. De acordo com o tipo de ministérios é dominada por juristas, engenheiros e economistas, maioritariamente formados na Faculdade de Direito de Lisboa, no Instituto Superior Técnico, ou no Instituto Superior de Economia e Gestão; é, enfim uma elite altamente qualificada, pelo menos no plano académico, sendo, a par da italiana, aquela em que a percentagem de professores universitários é maior – o que não significa que possua as necessárias competências em gestão pública. São, aliás, os que indicam competências nessa matéria.

A mudança dum governo do centro-esquerda para um governo do centro-direita não parece ter operado profundas alterações nas lógicas sociais de recrutamento dos directores-gerais. Algo diferente é o perfil dos gestores públicos. Independentemente da mudança política, é sempre uma elite mais jovem e ainda menos feminina que a dos directores-gerais, notando-se também um maior peso das ciências económicas e engenharias, e uma maior presença de pessoas com formação em gestão e percursos profissionais no sector privado. A este perfil não será alheio o facto de o estatuto remuneratório associado ao cargo de gestor público ser bastante mais favorável que o referente ao de director-geral.

Título da Comunicação

*Assessing MP's Perceptions on Voters' Ideological
Positions. The Portuguese Case*

Autor

ANA MARIA BELCHIOR

(ana.belchior@iscte.pt)

Instituição

CIES – ISCTE

RESUMO

This paper addresses to the political perception topic, seeking to better understand Portuguese MPs' perceptions (and its accuracy) concerning voters' left-right positioning. It has two main goals. The first reports to the descriptive analysis of both MPs and voters left-right real positions and assesses MPs' perceptions on voters' ideological positions and its accuracy. The second goal aims to explore the reasons underlying the levels of MPs' perception accuracy.

The study is focused on the Portuguese case, although considering its contextualization in Europe whenever data is available. Findings reveal that Portugal does not appear to be a divergent case in the general European pattern: the assimilation effect (wishful thinking) can be found to interfere in MPs' perceptions; and MPs' *attitude-dissonant perception* was found to be the most important variable in explaining perceptions' accuracy.

Sala 12.2.10

Partidos Políticos

MODERADOR: Carlos Jalali, Univ. Aveiro

Título da Comunicação

La incongruência de los sistemas de partidos en contextos unitários: dinâmicas y consecuencias democráticas en Ecuador (1979-2009)

Autor

FLÁVIA FREIDENBERG

(flavia@usal.es)

Instituição

Univ. Salamanca

RESUMO

Los sistemas de partidos de América Latina han sido estudiados como sistemas homogéneos, bajo el supuesto de que lo que ocurre a nivel nacional se refleja a nivel subnacional, ignorando las diversas interacciones que pueden darse entre los niveles del sistema y sus consecuencias para la democracia.

Esta creencia ha sido aún mucho más significativa en estructuras político-territoriales de tipo unitario. El sistema de partidos ecuatoriano ha mostrado entre 1978 y 2002 que la dinámica nacional era distinta a la de los diferentes niveles subnacionales, lo que hacía que el sistema tuviera una lógica incongruente en la que los partidos actuaban con apoyos localizados regionalmente. Desde 2002, el sistema de partidos nacional se ha ido transformando en tres sentidos: a) en cuanto a nacionalización de los apoyos a los partidos (PSP, MPAIS); b) en la reducción de las fuerzas en competencia (hegemonización competitiva) y c) en una aparente homogeneización de los apoyos (incongruencia vs congruencia entre niveles). Este trabajo muestra que a pesar de estos tres cambios, Ecuador mantiene lógicas de autonomía de los niveles del sistema, evidenciado en los análisis de los datos electorales municipales.

Título da Comunicação

Todo cambia para que nada cambie: elecciones y sistemas de partidos en el estado de tlaxcala (1980-2009)

Autor

IDALINA ARREOLA ATILANO
(arreola.idalina@gmail.com)

Instituição

Instituto de Iberoamérica

RESUMO

Este artículo analiza las características del sistema de partidos en el Estado de Tlaxcala en el periodo de 1980-2009, a partir de una serie de herramientas analíticas (nivel de cambio electoral, fragmentación partidista, nivel de competitividad). El objetivo es explorar en qué medida el sistema de partidos a nivel legislativo estatal ha cambiado o se ha mantenido estable en dicho periodo así como también analizar el grado de congruencia entre el sistema de partidos estatal y el sistema de partidos nacional, insertando este trabajo en la discusión más general respecto al nivel de transformación de la política subnacional.

Título da Comunicação

*The Radical Right in Japan: converging
to european radical rights?*

Autores

NAOTO HIGUCHI e MITSURU MATSUTANI

(higuchinaoto@yahoo.co.jp)

Instituição

Univ. Tokushima

RESUMO

Though no radical right party has won a seat in Japanese national and local assemblies, there have been radical right parties and movements in postwar Japan. In addition, new radical right movements are growing in the last decade. While the old radical right is authoritarian, anti-communist and nationalist, the new radical right is characterized by its xenophobia that is lacking in the old radical right.

Keeping the rise of the new radical right in mind, Japan seems to be opening the Pandora's box of radical right politics same as European countries. In this paper, we will examine the characteristics of Japan's radical right, comparing the different support basis for the old and new radical right politicians. Analyzing feeling thermometer scores of our survey data conducted in 2007, we found that nationalism was the most strongly correlated to the support for both of them, while xenophobia had no significant effect on the support to the old radical right.

While nationalism is the common denominator of the old and new radical right, the support to the new radical right is characterized by its xenophobia, which suggests Japan's radical right is converging to the West European counterparts.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Partidos e Ideologia – esquerda e direita na actividade parlamentar</i>
<i>Autor</i>	JOÃO RICARDO VASCONCELOS (joaoricardovasconcelos@gmail.com)
<i>Instituição</i>	ICS-UL

RESUMO

A comunicação debruçar-se-á sobre uma metodologia para posicionar a actividade parlamentar dos diversos partidos no âmbito da escala esquerda-direita. Trata-se de um metodologia inovadora que procurará analisar a produção legislativa e a votação dos diplomas, codificando-os com recurso às consolidadas variáveis de análise dos programas eleitorais utilizadas pelo *Manifesto Research Group / Comparative Manifesto Project*.

A nossa análise centrar-se-á na realidade Portuguesa, concentrando-nos nos 5 principais partidos políticos: PS, PSD, CDS, PCP e BE. No que ao espaço temporal diz respeito, testaremos a referida metodologia na actividade parlamentar da sessão legislativa 2005-2006, correspondendo ao primeiro mandato do Governo de maioria absoluta de José Sócrates.

Com base no acima exposto, procuraremos testar as seguintes hipóteses: 1) congruência ideológica entre o programa eleitoral dos partidos e a sua actividade legislativa; 2) As votações parlamentares tenderão a reflectir sobretudo a lógica governo vs oposição em prejuízo da lógica esquerda-direita; 3) O PS e o PSD possuem tendencialmente menor congruência ideológica do que o CDS, o PCP e o BE; 4) O exercício do poder implica uma menor congruência ideológica por parte dos partidos do arco governamental.

Sala 12.2.12

Ética Política e Direito

MODERADORA: *Maria Luís Pinto, Univ. Aveiro*

Título da Comunicação

Ética Pública e Integridade Institucional

Autor

ANA PAULA GARCÊS e ANDRÉ NASCIMENTO BARATA

(apgarces@ubi.pt/ abarata@ubi.pt)

Instituição

Univ. Beira Interior

RESUMO

O interesse geral ou o bem comum ligado ao dever dos cidadãos de contribuir para o financiamento das despesas do Estado, através do pagamento de tributos, obriga a uma defesa especialmente rigorosa dos dinheiros e valores constituintes do património público. Ora, quando não existia plenitude na *responsabilidade financeira* por parte dos agentes e dos aparelhos de poder, também não há força moral para a obrigação da obediência.

O argumento obriga, sim, o cientista político a buscar respostas para o problema da corrupção e afins nos regimes democráticos. A ideia da prestação de contas pelas autoridades domina as concepções, programas e mecanismos dos sistemas de integridade institucional, sobretudo ancorados na transparência dos actos e no controlo das decisões no domínio público. Prevenir o risco de abuso do poder através do mapeamento das áreas vulneráveis no circuito decisório é uma estratégia para a redução das oportunidades de corrupção, ao serviço do *governo responsável* e de uma *cidadania informada*.

A perspectiva transcende a abordagem dominante da avaliação cívica dos poderes através do voto periódico em eleições justas e sob sufrágio universal. Esta é uma linha de reflexão que importa conhecer, aprofundar e debater em Portugal num tempo a reclamar que se equacionem elementos da ética pública e da integridade institucional como a gestão do risco de corrupção, uma patologia universal com múltiplas faces mas que sempre fomenta a erosão cívica ao corroer a legitimidade do serviço público que empresta razão de ser aos aparelhos da sede de exercício do poder. Entre o favor, o nepotismo e a partidocracia se caminha para a injustiça, a desmoralização e a fraude, num conjunto de fenómenos de variada intensidade, profundidade e magnitude.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Transparência, publicidade e accountability</i>
<i>Autor</i>	<i>FERNANDO FILGUEIRAS</i> <i>(fernandofilgueiras@hotmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>UFMG</i>

RESUMO

Esta comunicação refere-se a um estudo de teoria política normativa a respeito dos conceitos de transparência e publicidade. O uso do conceito de *accountability* normalmente está referido a uma defesa de uma política da transparência, no âmbito dos Estados democráticos. A comunicação fará uma crítica à política da transparência, defendida contemporaneamente nas democracias liberais, com o intuito de reforçar uma noção republicana de *accountability*. Uma noção republicana de *accountability*, por sua vez, exige não uma política da transparência, mas uma política da publicidade, em que o uso público da razão seja capaz de constituir uma noção forte de autonomia, assentada, por sua vez, em uma noção de responsabilidade. Defenderemos, no texto, os termos de uma política da publicidade como elemento central para a democratização do Estado. Essa abordagem ao problema da *accountability* possibilita, dessa forma, uma crítica à teoria da agência, no sentido de mostrar os limites de uma política da transparência para as democracias.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Judicialização da Política ou Politização da Justiça? Da influência dos pensadores portugueses à efectivação do fenómeno no Brasil.</i>
<i>Autor</i>	ANDRÉ PANNÓ BEIRÃO (beirão@egn.mar.mil.br)
<i>Instituição</i>	Escola de Guerra Naval/UERJ

RESUMO

Há confusão teórica da denominação do fenómeno da *Judicialização da Política* ou da *Politização da Justiça* (recente ocorrência nos países que viveram sua consolidação legalista-constitucional desde o final da década de 1980). Tal confrontação epistemológica tem sido constatada em diversas referências académicas que têm se debruçado sobre o assunto. A influência teórica portuguesa na construção do fundamento legal de garantia dos direitos fundamentais no Brasil é inequívoca, citando-se a grande penetração de José Gomes Canotilho e Boaventura de Souza Santos, que também têm feito injunções, muitas vezes contraditórias sobre este fenómeno. No Brasil, a discussão tem sido capitaneada pelos cientistas políticos e, em menor intensidade, por aqueles que mais estão afetos ao problema em questão, que são os juristas.

O presente trabalho tem o propósito de apresentar, à luz do pensamento destes diversos cientistas sociais, a confusão feita sobre a denominação do fenómeno e esclarecer suas distinções (posto que, verdadeiramente, trata-se de fenómenos diferentes) e caracterizar suas ocorrências no Brasil.

Sala 12.2.14

Políticas de Identidade e Representação

MODERADOR: André Azevedo Alves, Univ. Aveiro

Título da Comunicação *Práticas de Género e carreiras políticas: vertentes explicativas*

Autor *LUÍS FELIPE MIGUEL e FLÁVIA BIROLI*

lfelipe@unb.br/fbiroli@unb.br

Instituição *Univ. Brasília*

RESUMO

A sub-representação das mulheres nas esferas do poder político é hoje entendida como um *problema* político a ser enfrentado. De maneira esquemática, é possível distinguir três vertentes de explicação do fenómeno: (1) uma que enfatiza o carácter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, tal como na obra de Carole Pateman e outras autoras; (2) outra que foca os padrões culturais e de socialização que constróem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres, exemplificada pela literatura estadunidense sobre candidaturas femininas; e (3) aquela que destaca os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, via de regra, menos acesso aos recursos económicos e muito menos tempo livre que os homens.

A comunicação vai analisar as contribuições das três vertentes, advogando que o recurso ao conceito de “campo político”, de Pierre Bourdieu, pode favorecer sua incorporação num modelo explicativo integrado e complexo.

Título da Comunicação

Jornalismo político e gênero no Brasil

Autor

FLÁVIA BIROLI e LUÍS FELIPE MIGUEL

(fbiroli@unb.br/lfelipe@unb.br)

Instituição

Instituto de Ciência Política – Univ. Brasília

RESUMO

A mídia é um fator central da vida política contemporânea, dada sua posição de mediadora da interação entre líderes políticos e cidadãos comuns. A visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial da produção do capital político. De maneira correlata, pode-se considerar que as representações do mundo social e da política produzidas e difundidas pelos meios de comunicação têm destaque na produção e reprodução (ou contestação) de hierarquias, práticas e valores.

A partir de uma ampla pesquisa em telejornais e revistas brasileiros, acompanhados diariamente por três períodos de três meses ao longo de um ano e meio, constatou-se a sub-representação das mulheres no noticiário político, abaixo mesmo de sua presença no parlamento.

A comunicação vai analisar os dados, comparando-os com outros, similares, disponíveis para outros países. O objetivo é entender de que maneira a cobertura da mídia reforça os constrangimentos à ação política das mulheres e condiciona suas trajetórias no campo político.

Título da Comunicação

Políticas Públicas para la integración de las personas con discapacidad en América Latina y el Caribe

Autor

HECTOR ALVAREZ GARCIA
(garc0000@hotmail.com)

Instituição

Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED)

RESUMO

In the world there are about 650 million persons with disability, of which concerning 85 millions they live in Latin America and the Carib. This information is the point of item and the motive that justifies this paper, which object is double: first, to study of the juridical-political and social frame in which they find the civil and political laws of this important social, postponed group and forgotten traditionally for the public power, condemning them to the marginalization, the discrimination and to the ostracism due to the lack of implementation of the opportune averages the access to guarantee them in conditions of equality to the education, the health, to the labour world, and, as corollary, to the active participation in the political life, removing of your rights of citizenship.

Secondly, to value the viability of the import of the public Spanish policies as for disability, which they suppose a notable advance towards the full social integration of the persons with functional diversity.

Título da Comunicação

Políticas Públicas e Relações de Gênero: o caso da dinâmica participativa dos Conselhos Municipais de Saúde do Brasil

Autor

URIELLA COELHO RIBEIRO
(uriellacoelho@hotmail.com)

Instituição

PRODEP – Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Desde a constituinte de 1988, o Brasil vivencia a ampliação de espaços que exercem o controle social sobre a produção de políticas públicas através da participação da sociedade civil. As Ciências Sociais tem apresentado um conjunto substantivo de estudos empíricos que discutem os potenciais inclusivos das experiências, mas ainda existe um déficit em torno da dinâmica participativa desses espaços quando se trata das relações de gênero. Diante desta lacuna, este trabalho propõe discutir os processos de discussão de políticas públicas dentro dos CMSs, trazendo informações sobre as políticas públicas discutidas e o sobre as atrizes e atores que participam do processo. Desta forma, através da leitura de mais de 700 atas produzidas por 14 conselhos entre os anos de 2003 e 2007, o trabalho apresenta uma análise da dinâmica das reuniões, ao destacar os participantes e suas posições recorrentes.

O artigo também analisa o desenho institucional de 49 conselhos, apresentando as regras de sua composição e definição de quem podem pleitear vaga. Assim, o trabalho apresenta uma discussão sobre os potenciais inclusivos dos conselhos municipais de saúde quando se trata dos interesses das mulheres, mantendo o foco de análise nas relações de gênero como pertencentes à dinâmica participativa desses espaços.

Sala 12.3.12

Política Externa Norte-americana: De George W. Bush a Barack Obama

MODERADOR: Arnaldo Gonçalves, IEP – UCP

Título da Comunicação

Obama e a construção de uma nova política estratégica nuclear

Autor

ADÉRITO VICENTE

(a.vicente@cesdae.pt)

Instituição

FCSH – UNL

RESUMO

A estratégia nuclear norte-americana pressupõe um dilema central de que as armas nucleares são simultaneamente a maior ameaça potencial ao modo de vida dos cidadãos e a maior garantia à sua segurança. Uma desagregação da ordem internacional nuclear seria uma catástrofe para os EUA e para outras potências. A preservação daquela ordem exige que se trabalhe para reduzir os perigos nucleares através de uma dissuasão eficaz, controlo de armamento nuclear, e não-proliferação. Este é um momento de oportunidade de rever e renovar a estratégia nuclear norte-americana, mas também é um momento de urgência. Esta oportunidade surge naturalmente em sequência da chegada de uma nova administração a Washington, e na reavaliação global da sua política e postura nuclear.

Por conseguinte, o desafio premente para administração Obama traduz-se num novo equilíbrio entre as prioridades - muitas vezes concorrentes e antagónicas – da dissuasão e da não proliferação, isto é, tentando conciliar posições abolicionistas e realistas em relação às armas nucleares através da consagração de dois imperativos/corolários. O primeiro reafirma o papel dos EUA criar condições o que, em última análise, reconduziria à eliminação das armas nucleares - visão abolicionista. O segundo defende o princípio que os EUA não irão desarmar unilateralmente e prosseguirão uma forte dissuasão enquanto as armas nucleares existirem – visão realista.

Neste contexto, deverá a procura do objectivo de um mundo livre de armas nucleares constituir uma orientação exequível para a política estratégica norte-americana? Se, sim como orientá-la tendo em vista o seu sucesso? A solução proposta encontra-se na apologia de uma dissuasão mínima, através de uma força nuclear mantida em níveis inferiores aos quantitativos actuais, sendo ao mesmo tempo capaz de fomentar a cooperação internacional, imprescindível para os desafios actuais da proliferação. Tendo por base estas problemáticas não se analisará tanto a proposta como solução final, mas como um ponto de partida para renovação do debate público sobre os riscos, os benefícios e o futuro das armas nucleares nos EUA. Ao mesmo tempo, procurar-se-á dar um contributo crítico acerca das políticas (a configuração do novo Tratado sobre Redução de Armamento Estratégico – START; a ratificação do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares - CTBT; negociações do Tratado de Eliminação de Materiais Cindíveis ou Físseis -FMCT; fortalecimento do Tratado da Não-Proliferação de Armas Nucleares -NPT; e sobretudo na prossecução de uma Nova Postura Nuclear) recentemente promovidas pela administração Obama, em direcção ao controlo de armamento e desarmamento total, ao regime global de não-proliferação, e ao futuro papel da estratégia nuclear da NATO.

Título da Comunicação (Yes we can) Change and Stability in International Politics
Autor PEDRO EMANUEL MENDES
(pemanuelmendes@gmail.com)
Instituição FCSH – UNL

RESUMO

Com este texto pretendemos abordar alguns dos factores que contribuem para o dinamismo e mudança na política externa dos estados. Partindo da problemática geral da estrutura versus agência, tentamos esclarecer alguns dos factores que contribuíram para a mudança da política externa dos Estados Unidos. O nosso caso centra-se na análise da transição da Presidência de George Bush para a Presidência de Barack Obama.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Um Reagonismo a lá carte: A Política Externa da Administração Bush para com a China</i>
<i>Autor</i>	<i>ARNALDO GONÇALVES (arnaldog@iacm.gov.mo)</i>
<i>Instituição</i>	<i>IEP-UCP</i>

RESUMO

A política externa norte-americana apresentou-se, no primeiro mandato de George W. Bush, como contraposta à política de Bill Clinton, catalogada como cedência estratégica dos interesses dos EUA na Ásia. Bush qualificaria a relação de “strategic competitor”, dizendo que a China é um concorrente dos Estados Unidos e não uma nação amiga e que os EUA devem impedir que aquela ameace os aliados estratégicos dos Estados Unidos. Se a China atacar Taiwan, os Estados Unidos deverão assistir Taiwan, adiantou. Esta posição constituiu mudança significativa da política de “strategic ambiguity” de anteriores presidentes dos EUA.

No segundo mandato, George W. Bush amenizaria a postura de afrontamento à China e ver-se-ia forçado por desenvolvimentos políticos, económicos e de segurança a convergir com os chineses, concertando uma relação especial com o presidente Hu Jintao. A comunicação irá demonstrar que existem pontos de semelhança à política do Presidente Reagan para com a União Soviética, mas que a sua aplicação denota falta de coerência, ambiguidade e esclarecimento, o que só reforçou a posição chinesa em termos de balança de poder.

Sala 12.3.13

A Descolonização Portuguesa no Contexto Internacional

MODERADOR: António Costa Pinto, ICS – UL

Título da Comunicação

*António de Spínola, a Descolonização Portuguesa
e o Contexto Internacional*

Autor

*LUÍS NUNO RODRIGUES
(luis.rodrigues@iscte.pt)*

Instituição

ISCTE

RESUMO

A comunicação debruça-se sobre o plano de António de Spínola para a descolonização portuguesa e sobre o modo como o tentou implementar após o 25 de Abril de 1974, primeiro como Presidente da Junta de Salvação Nacional e, depois, como Presidente da República. Identifica quais foram as várias “impossibilidades históricas” da modalidade de descolonização “spinolista”, embora acabe por se centrar, sobretudo, no contexto internacional e no modo como este contribuiu decisivamente para inviabilizar os planos do General.

Analisa depois, em termos concretos, as incidências directas do contexto internacional, nos vários processos negociais que são estabelecidos com os movimentos nacionalistas africanos nos meses que se seguiram à mudança de regime em Portugal.

Título da Comunicação

*A descolonização Portuguesa e a Política
Externa Brasileira (1974-1976)*

Autor

THIAGO DE ALMEIDA CARVALHO

(miradoiro@gmail.com)

Instituição

ISCTE

RESUMO

Na contra-corrente das mudanças que estruturavam o mundo do pós-guerra, o Governo brasileiro foi durante a década de 50 o principal aliado internacional do colonialismo português. Todavia, esse posicionamento mostrar-se-ia inconciliável à medida que ao longo da década de 60 ganhava força em Brasília a concepção de uma política externa global, livre dos condicionalismos da Guerra Fria e subordinada ao projecto nacional-desenvolvimentista. O êxito desta inflexão diplomática dependia do apoio inequívoco à descolonização dos territórios portugueses, o que permitiria aprofundar os vínculos com África, dinamizando a cooperação Sul-Sul, e projectar o país como um interlocutor privilegiado no diálogo com o Hemisfério Norte.

A resolução da questão colonial revelar-se-ia determinante para a reinserção internacional de Portugal e do Brasil, em meados da década de 70, possibilitou não só a redefinição dos vínculos bilaterais, e dos respectivos conceitos estratégicos nacionais, como a reestruturação das relações político e económicas no espaço da lusofonia.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A Administração Eisenhower e a questão colonial portuguesa</i>
<i>Autor</i>	DANIEL MARCOS (daniel.marcos@ipri.pt)
<i>Instituição</i>	ISCTE

RESUMO

Entre 1953 e 1961, o general Dwight Eisenhower assumiu a presidência dos EUA. Durante este período, o mundo assistiu a grandes alterações no Terceiro Mundo e ao desmoronar do império britânico. Contudo, o «anacrónico» império português manteve-se intacto, apesar dos «ventos de mudança» que sopravam no continente africano. Esta situação foi acompanhada de perto pelos Estados Unidos, país que tinha importantes interesses geoestratégicos em Portugal. Na verdade, desde muito cedo, os EUA foram confrontados com pressões da parte de Portugal para que lhe fosse garantida a manutenção do império colonial.

Perante a necessidade de manter a base nos Açores, a administração Eisenhower viu-se obrigada a tolerar a permanência de Portugal na Ásia e, principalmente, em África. O presente *paper* tem como objectivo fundamental analisar de que forma evoluíram as relações entre Portugal e os Estados Unidos em relação à questão colonial portuguesa.

Título da Comunicação

Brasil, Portugal e o Luso-tropicalismo

Autor

THAIS PIMENTEL CABRAL

(thaiscabral_rj@hotmail.com)

Instituição

UNL

RESUMO

O trabalho pretende discutir como o luso-tropicalismo, apesar de ter perdido expressão ideológica e credibilidade no campo científico, contribuiu decisivamente para a formação da auto-imagem em que Brasil e Portugal melhor se revêem e projetam. Mais do que uma teoria sobre a relação entre Portugal e os trópicos, o luso-tropicalismo constitui, nos respectivos imaginários nacionais, a experiência de Portugal no mundo e a originalidade e legitimidade da nação brasileira. A tese de Freyre toca de forma íntima as identidades nacionais dos dois países e lhes confere uma singularidade relevante para a nova conjuntura internacional, que se afigurou no final do século XX.

O trabalho defende que o luso-tropicalismo ganhou novas formas, menos explícitas, em comparação ao período colonial português, mas centrais e marcantes nos discursos político-culturais que vem movimentando as relações luso-brasileiras e criando uma nova imagem para política externa de ambos os países. Nessa perspectiva, o luso-tropicalismo reaparece sob roupagem dinâmica a reorientar a política de Brasil e Portugal, servindo de base para o discurso de aproximação e cooperação entre os povos lusófonos.

11:00 – 13:00

Sala 12.1.18

Estado Contemporâneo e Políticas Públicas

MODERADORA: Danielle Ayres Pinto, UEMG

DISCUSSANT: Orides Mezzaroba, Univ. Federal Santa Catarina

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Globalização e Estado Contemporâneo: O desafio na formulação de políticas públicas</i>
<i>Autor</i>	<i>RIVA SOBRADO DE FREITAS e DANIELLE JACON AYRES PINTO (rivafreit@ig.com.br/ djap2222@yahoo.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. São Paulo e UEMG</i>

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar a crise do Estado social no que se refere a sua estrutura e indica desafios na formulação das políticas sociais contemporâneas. Apontar a perda da centralidade do Estado como formulador e gestor das regras de justiça redistributiva, transferindo para a órbita privada a incumbência para definir e implementar políticas públicas. No que toca à formulação de políticas públicas, o novo imaginário político da era do “póssocialismo” apresenta grupos sociais que buscam o reconhecimento das suas diversidades e secundarizam questões atinentes à justiça redistributiva. De outro lado, a especificidade de seus movimentos libertários dificulta a elaboração de um projeto comum emancipatório, o que inviabiliza por vezes um resultado de transformação social desejável.

Título da Comunicação

@Democracia: Do modelo hierárquico para o modelo Digital

Autor

AIRES JOSÉ ROVER e ORIDES MEZZAROBA

aires.rover@gmail.com / oridesmezza@gmail.com

Instituição

Univ. Federal de Santa Catarina

RESUMO

O propósito deste texto é o de analisar as premissas básicas que fundamentam a concepção da democracia a partir da introdução das novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs) no sistema que passou a ser denominado de governo eletrônico. Diante desse novo contexto, a questão que passa a vigorar é se as novas tecnologias de informação representam ou não instrumentos importantes para o processo de inclusão política do cidadão junto na tomada de decisões sobre políticas públicas.

Nesta reflexão se procura dar destaque para alguns pressupostos, princípios e perspectivas que possibilitem a implementação de uma democracia emergente que vá além da concepção formal de governo eletrônico. Questões como sociedade em rede e Estado nação, com características marcadamente hierarquizadas, como também a chamada democracia clássica e seus instrumentos de participação marcadamente formais, muito presentes na concepção formal de governo eletrônico, serão analisados para que se possa verificar de que forma a democracia digital pode encontrar terreno fértil para impulsionar os mecanismos democráticos. O texto procura fazer uma reflexão sobre o problema da exclusão digital, suas formas e estratégias de capacitação e de inclusão do cidadão em um espaço público muito mais dinâmico e aberto. É a partir dessa perspectiva que se procura evidenciar a complexidade da sociedade atual, aliada ao uso intensivo de tecnologias digitais que poderá semear novas formas emergentes de participação política, cujas propriedades são muitas vezes paradoxais e certamente colaborativas e cooperativas.

Título da Comunicação *Novas políticas para investir no potencial humano: um olhar sobre o POPH*
Autor *NOEMI BONINA COSTA e JOFRINA ZINAENDA PATRÍCIO*
(nocalice@yahoo.com.br/jofrina@sapo.pt)
Instituição *ESAE/ISMT – Univ. Coimbra*

RESUMO

Considerando que os indivíduos são grandes agentes transformadores dos ambientes e relações de trabalho e que intervenções nos aspectos da formação, qualificação e valorização do seu potencial são importantes para o desenvolvimento organizacional, tanto na área privada como na área pública, em 2007 foi lançado pelo governo português o Programa Operacional Potencial Humano (POPH) cujo objectivo foi contribuir com a superação do deficit de qualificação da população portuguesa em prol de ampliar as perspectivas de transformação do modelo produtivo vigente. Nesta comunicação é lançado um olhar sobre o POPH buscando essencialmente o entendimento das novas perspectivas apontadas em termos de políticas públicas para o desenvolvimento do potencial humano pelo governo português e os aspectos propostos para a governação a partir desta iniciativa.

Título da Comunicação

Ética ambiental no Estado Contemporâneo

Autor

JOSÉ FERNANDO VIDAL DE SOUSA

(vidalsousa@uol.com.br)

Instituição

Univ. Católica São Paulo

RESUMO

A questão ambiental, nos dias atuais, é o viés que congrega as grandes discussões planetárias, capaz de influenciar a maximização do PIB de um país ou implementar a discussão sobre a inviabilidade de crescimento de outros. Neste contexto, temas como a emissão de gases, poluição da atmosfera, do solo ou água, consumo excessivo dos recursos naturais ou escassez da água potável, fazem parte da agenda de todos os países, dos órgãos internacionais e das várias formas da sociedade civil organizada.

Além disso, o amadurecimento das relações sociais e a participação na proteção e defesa dos interesses transindividuais em favor da população é exigência para qualquer Estado que se propõe a implantar um processo democrático. Nesta trilha teórica a questão ambiental não pode mais ser vista sob a ótica de mero recurso e, como tal, integrante do processo de produção e um dos fatores responsáveis pela organização da sociedade e conseqüente intervenção do Estado.

Desta forma, a proposta deste trabalho é demonstrar que a temática deve ser lida a partir da ética ambiental a fim de possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna, solidária e, portanto, ecológica, integrativa da relação homem/natureza, capaz de promover um constante debate dos padrões sociais e de seus valores, permitindo a aplicabilidade, a exigibilidade e a executoriedade da norma jurídica para obtenção de um estado de felicidade, que se revela através da implementação de uma melhor qualidade de vida para todos.

Anfiteatro 12.1.19

Teorizar a Paz

MODERADOR: André Azevedo Alves, Univ. Aveiro

Título da Comunicação *What's so new about the newest? – a paz marxista e a paz crítica em perspectiva*

Autor

CATARINA PIMENTA

(catarinapimenta@ces.uc.pt)

Instituição

CES/FEUC – Univ. Coimbra

RESUMO

Um dos projectos mais controversos, surgido num momento de particular proliferação teórica no seio da disciplina de Relações Internacionais (RI), com a aproximação do final da Guerra Fria e a desacreditação do paradigma realista em termos de valor explicativo, é a teoria crítica. A história da relação entre marxismo e teoria crítica é, em geral, contada de forma simplista e redutora: o marxismo, enquanto construção positivista, abre caminho às formulações críticas posteriores, com o qual partilham a valorização de conceitos como “emancipação” ou “desocultação”, mas que surgem num contexto epistemológico pós-positivista, o que contribui fatalmente para o distanciamento teórico entre ambos os projectos.

No entanto, creio que a verdadeira história poderá ser mais complexa do que à primeira vista se afigura, existindo, fora das RI, quem considere que o Positivismo de Marx é puro mito, preferindo classificar as suas propostas como exemplo de uma teoria crítica. Esta comunicação procura avaliar o grau de novidade trazido pela incorporação da teoria crítica na Teoria de Relações Internacionais, particularmente no que se refere à forma como a paz é entendida e tratada, comparando-a com a análise das propostas marxistas sobre esta matéria. Por outras palavras, procurar-se-á saber o que, afinal de contas, a teoria crítica veio acrescentar à paz marxista e, dessa forma, medir o seu grau de originalidade.

Título da Comunicação

Póscolonizar a paz?: a busca de uma lente

Autor

RAMON BLANCO

(ramon@domain.com.br)

Instituição

CES/FEUC – Univ. Coimbra

RESUMO

É notório o enorme e crescente esforço tanto material quanto intelectual dedicado à transformação dos conflitos e à construção da paz pelo globo em nosso tempo. É patente também, a centralidade das Nações Unidas tanto na formulação quanto na aplicação das políticas públicas no que toca a paz internacional. Políticas públicas essas, nomeadamente o *peacekeeping*, *peacebuilding* e o *state-building*, marcadamente assentes na problemática da resolução dos conflitos, tendo assim, como cerne paradigmático o conflito, mesmo estas direccionando-se à paz. Tal problemática pode trazer consigo algumas consequências perigosas relativamente à reflexão acerca da paz, nomeadamente, um pensamento tecnicista e burocrático da mesma; ou então a não problematização destas mesmas políticas enquanto violências.

Aqui centra-se o propósito deste ensaio. Objetiva-se, a partir de um posicionamento crítico, discutir e desconstruir o modelo de resposta da ONU no tocante aos conflitos internacionais, observando a sua centralidade na problemática da resolução de conflitos. Busca-se observar os possíveis contributos de uma reflexão no tocante à paz assentando-se em uma diferente problemática, a da reflexão póscolonial; tendo, consequentemente, como cerne paradigmático a emancipação e não o conflito. Dessa forma, faz-se possível um refletir acerca da paz muito mais sensível a um número maior de violências; fora de uma lógica binária; protagonizando e dando-se voz à quem normalmente é mero executador de reflexões exteriores acerca da paz, ou mesmo excluído de tal construção. Assim, pensa-se ser possível iniciar uma reflexão acerca da paz que não somente a paz liberal e delineando, com isso, fundamentos para a construção de uma mais sustentável, invariavelmente mais plural e inclusiva.

Título da Comunicação

A ideia de construção da paz nas Nações Unidas

Autor

FERNANDO CAVALCANTE

[*\(fcavalcante@ces.uc.pt\)*](mailto:fcavalcante@ces.uc.pt)

Instituição

CES/FEUC – Univ. Coimbra

RESUMO

Neste trabalho, propõe-se uma reconstrução do *peace-building* das Nações Unidas a partir de uma abordagem construtivista, de forma a destacar a importância não apenas dos fatores estruturais, mas também do papel desempenhado pelas idéias de certos agentes internacionais na operacionalização desta prática. Mais que um capítulo na “evolução” das tradicionais operações de paz produzido pelo fim da Guerra Fria, argumenta-se que o *peace-building* da Organização é o produto de três fatores, intrinsecamente relacionados entre si e que se influenciam mutuamente: o contexto histórico do seu surgimento, o ambiente intelectual em que floresceu e a experiência institucional da ONU. Nesta proposta, o contexto histórico é caracterizado não apenas pelo fim da Guerra Fria, mas também pela intensificação do processo de globalização.

O ambiente intelectual é marcadamente influenciado pelo alargamento e aprofundamento do conceito de segurança internacional e pela idéia de que a paz poderia ser obtida a partir da eliminação das estruturas que impedem o bem-estar físico e social dos indivíduos – proposta herdada dos chamados *peace studies*. Por fim, a experiência da Organização com os erros e acertos das tradicionais operações de *peacekeeping* tiveram também forte influência na robustez característica das operações de *peacebuilding*.

Anfiteatro 12.2.1

Brasil e o Mundo

MODERADORA: Maria Luís Pinto, Univ. Aveiro

Título da Comunicação

O lugar do Brasil na Política Externa Portuguesa

Autor

SAMUEL DE PAIVA PIRES

(samuelppires@gmail.com)

Instituição

Univ. Técnica Lisboa

RESUMO

Partindo da investigação e reflexão sobre as premissas teóricas dos conceitos de política externa e diplomacia, pretendeu-se articulá-los com uma sistematização sobre a política externa portuguesa (PEP), i.e., considerando-se os seus postulados e vectores tradicionais mas também a sua evolução histórica e consequentes transformações. Aludindo-se brevemente ao processo de europeização da PEP, o objectivo central do estudo prende-se com a análise quanto ao lugar que o Brasil efectivamente ocupa nesta.

Do presente trabalho faz parte um estudo de caso em que se analisa o papel desempenhado por Portugal na negociação da Parceria Estratégica entre a UE e o Brasil – para o qual em muito contribuiu uma entrevista que o Senhor Embaixador Francisco Seixas da Costa nos concedeu -, representando este um momento singular de sinergia e síntese entre os vectores atlantista e europeísta, que na actualidade se complementam na formulação da PEP, concluindo-se ainda que a acção de Portugal foi determinante para que se estabelecesse a Parceria Estratégica entre a UE e o Brasil.

Conclui-se que o Brasil representa para a PEP uma constante prioridade de conteúdo variável, i.e., enfraquecida no plano bilateral, em evolução no plano da CPLP e do Atlântico Sul, e em destaque se considerarmos a vocação europeísta central na PEP.

Título da Comunicação

O Brasil e a Península Ibérica

Autor

SHIGUELONI MIYAMOTO

(shigue@unicamp.br)

Instituição

Univ. Estadual Campinas

RESUMO

Uma das prioridades da política externa brasileira tem sido dirigida ao relacionamento com Portugal e Espanha. Na última década, inúmeros tem sido os investimentos desses dois países no Brasil em infra-estrutura e em áreas que vão do turismo à telefonia e o setor financeiro. Se isso se verifica de um lado, de outro, também sido incontáveis os problemas verificados, por exemplo, com a entrada/circulação de cidadãos brasileiros já nos aeroportos, ou com a presença e o exercício ilegais de atividades profissionais nesses países.

O texto procura mostrar que, apesar dessas dificuldades, o governo brasileiro percebe a importância de incrementar as relações com esses dois países, porque se constituem em entrada para o mercado europeu, além dos entendimentos feitos no âmbito Mercosul-União Européia.

Título da Comunicação

Reaproximação Tardia? A Política Externa e a Internacionalização de Empresas no Governo Lula da Silva para a África

Autores

HENRIQUE MENEZES e VICO DÊNIS

(hzmenezes@hotmail.com/ vico_denis@hotmail.com)

Instituição

Univ. Anhembi-Morumbi e Univ. Estadual Paraíba

RESUMO

A política externa brasileira, no período republicano, teve o auge de suas relações com o continente africano à época do regime militar, especialmente no governo de Ernesto Geisel. Nesse momento, Brasil, inclusive, reconheceu pioneiramente a independência e o governo de Angola. Nas décadas de oitenta e noventa, essa relação com o continente retrocede, dada a emergência de uma nova postura e posicionamento internacionais do país, que se baseava, de certa forma, em percepções governamentais específicas sobre o papel que cabia ao Brasil nas relações internacionais e as formas de traçar estratégias de desenvolvimento.

No entanto, com o governo Lula da Silva, há, de fato, uma reaproximação com o continente africano. Esse movimento se reveste de algumas ações: proliferação de tratados e acordos bilaterais; aprofundamento das trocas comerciais; aumento do intercâmbio político e cultural; e expansão do investimento externo brasileiro na África. O presente trabalho busca analisar o significado desse processo de (re) aproximação pragmática com o continente, que recebe *status* de “estratégico”, considerando especialmente o aprofundamento das relações bilaterais, comerciais e os processos de internacionalização de empresas brasileiras. Indagando-nos ainda se essa retomada de interesses não fora tardia, tendo em vista o interesse já consolidado de outros países na região?

Sala 12.2.8

A U.E e o Terrorismo Transnacional I

MODERADORA: Ana Paula Brandão, NICPRI – Univ. Minho

DISCUSSANT: Carlos Martins Branco

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A União Europeia e o Terrorismo Transnacional: a resposta de um actor de segurança pós-vestefaliano</i>
<i>Autor</i>	<i>ANA PAULA BRANDÃO (abrandao@eeg.uminho.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>NICPRI – Univ. Minho</i>

RESUMO

The purpose of the paper is to analyse the role of a post-westphalian polity and a security factor in the fight against transnational terrorism at the post-post cold war period. The traditional statecentric demonstrate its limitations in a complex and diffuse security environment characterised by multidimensional threats and risks, and non states actors, not only as threat sources but also as security suppliers. Is the European Union a new form of security actor? Is there a “European way” to fight terrorism? The Treaty of the European Union located the fight against terrorism in the third pillar. After the 9/11 it was adopted an ambitious cross-pillarized security approach based in four tracks: prevent, protect, pursue and respond.

The EU is an analytical challenging case study considering: its specificity as an international and security actor; its broad and complex approach to terrorism that demands a coordination at different levels (national, intergovernmental, supranational), different institutional actors and different policy domains located in three pillars. The main import of the paper is to think critically the comprehensive and cross pillarized strategy of new form of security actor in the fight against non-state-non-military threat.

Título da Comunicação

*A União Europeia e a luta contra o
Terrorismo: o papel e o impacto da PESD*

Autor

*LAURA FERREIRA PEREIRA e BRUNO OLIVEIRA MARTINS
(lpereira@eeg.uminho.pt)*

Instituição

NICPRI – Universidade do Minho

RESUMO

No Conselho Europeu de Sevilha de Junho de 2002, a União Europeia (UE) reconheceu a importância da Política Externa de Segurança e Defesa, incluindo a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) contribuir na luta contra o terrorismo. A importância disso mesmo ficou implicitamente sublinhada na Estratégia de Segurança Europeia, lançada um ano depois, que identificou o terrorismo como uma das principais ameaças à segurança europeia. Tomando esse enquadramento como ponto de partida, o objectivo da comunicação é mapear, examinar e discutir o papel e impacte da PESD na estratégia da UE de combate contra o terrorismo. Isso será feito no plano *de jure* e de facto, nomeadamente, mediante a análise das declarações oficiais que vieram consagrar um crescente nexos entre a PESD e a luta europeia contra o terrorismo, bem como através o exame das missões civis e militares levadas a cabo desde 2003 e já concluídas (i.e EUPAT, Concordia, Proxima, EUjust Themis, AMIS Darfur, EUPOL Kinshasa, EUFOR RD Congo Artemis).

Título da Comunicação

A externalização da abordagem transpilares: o caso EU-Rússia

Autor

MARIA RAQUEL FREIRE

(rfreire@fe.uc.pt)

Instituição

Univ. Coimbra

RESUMO

Esta comunicação analisa a externalização da abordagem transpilar da UE face ao terrorismo transnacional e de que modo esta tem implicações nas relações UE-Rússia. Esta análise é enquadrada nos processos de securização como propostos pela Escola de Copenhaga, estudando de que forma o discurso relativo ao terrorismo transnacional tem legitimado acção, e como dinâmicas de des-securização e re-securização na relação UE-Rússia revelam a complexidade dos realinhamentos pós pós-Guerra Fria em matéria político-securitária. Analisando os entendimentos subjacentes ao terrorismo transnacional e aos meios de acção e resposta, as construções sociais do “outro”, e os entendimentos de segurança na UE e na Federação Russa, o texto argumenta que a crescente fricção na relação não é apenas resultado de procedimentos internalizados, mas também influenciada pelo contexto externo. Além do mais, entende que apenas quando uma estratégia comum for avançada, combinando a abordagem transpilar na UE com uma abordagem transversal na Rússia relativamente a actores, dinâmicas e estruturas, assentes em entendimentos comuns, poderão os esforços conjuntos no âmbito do terrorismo transnacional assentar em acção concreta e concertada.

Sala 12.2.9

Elites e Representação Política II

MODERADOR: André Freire, CIES-ISCTE

DISCUSSANT: Maria Antónia Pires de Almeida, CIES – ISCTE

Título da Comunicação

O recrutamento Ministerial em Cabo Verde 1975-2006

Autor

ÂNGELA BENOLIEL COUTINHO

(coutinhoangela@hotmail.com)

Instituição

CESNOVA, FCSH-UNL

RESUMO

Obtida a independência a 5 de Julho de 1975, após uma luta de guerrilha de 11 anos levada a cabo pelo PAIGC no território da Guiné-Bissau, o arquipélago de Cabo Verde viveu até 1981 sob um regime original de partido único, na medida em que o mesmo partido dirigiu então a vida política de dois Estados independentes.

Na sequência do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 em Bissau, foi criado o PAICV, que se reclamou herdeiro do PAIGC, passando a dirigir politicamente a República de Cabo Verde a partir de 1981.

Após a mudança para um regime multi-partidário, o novo MPD esteve no poder de 1991 até 2001, ano em que o PAICV venceu as eleições legislativas, subindo novamente ao poder.

Importa nesta comunicação proceder a um estudo dos critérios de recrutamento dos ministros e secretários de Estado ao longo destes 33 anos. Analisando os perfis sócio-demográficos e políticos, procuraremos avaliar o impacto das mudanças políticas ocorridas no arquipélago nos padrões de recrutamento da elite ministerial cabo-verdiana.

Título da Comunicação

Os Procuradores à Câmara Corporativa (1935-1974)

Autor

J.M. TAVARES CASTILHO

(tavarescastilho@gmail.com)

Instituição

CESNOVA, FCSH-UNL

RESUMO

Relevante para a compreensão do sistema político do Estado Novo – que se definia constitucionalmente como um «Estado corporativo» - e para uma visão abrangente do respectivo «pessoal político», o estudo faz a caracterização dos Procuradores à Câmara Corporativa, a partir da reconstituição das respectivas biografias pessoais, profissionais e políticas.

Ao longo das onze legislaturas, a Câmara Corporativa foi evoluindo, à medida que a corporativização do regime avançava, sendo marcantes a VII Legislatura (1957-1961) na qual a respectiva estrutura e orgânica foram reorganizadas de acordo com a instituição das primeiras corporações, e a X Legislatura que, teoricamente, espelha as transformações verificadas no consulado de Marcello Caetano. Nesta perspectiva, o estudo divide a análise em três períodos: 1) 1935-1957 – da I à VI Legislaturas; 2) 1957-1969 – da VII à IX Legislaturas; 3) 1969-1974 – X e XI Legislaturas.

O perfil dos Procuradores é feito a dois níveis: na primeira parte é feito o levantamento e a análise do perfil etário, origens geográficas, credenciais académicas e perfil ocupacional; na segunda, e caracterizada a carreira parlamentar, o perfil político e ideológico, e os antecedentes políticos.

Título da Comunicação

Os Juízes do Tribunal Constitucional, 1983-2008

Autor

ANA CATARINA SANTOS

(ana.santos@tsf.pt)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

Os juízes do Tribunal Constitucional (TC) configuram o topo da hierarquia judicial, já que acima das suas decisões não há apelo ou recurso possíveis. Para alguns constitucionalistas representam também o topo da hierarquia política, já que têm a capacidade de delimitar a acção dos poderes políticos.

Desde da fundação do TC, 1983, até final de 2008 foram empossados setenta membros, que constituem o nosso universo de análise. Nesta comunicação examinamos diversas variáveis de caracterização sócio-demográfica desta elite – género, idade, origem geográfica, credenciais académicas, actividade profissional (antes e depois da passagem pelo TC) – bem como a experiência política e ligações partidárias dos seus membros.

Título da Comunicação

Leiria e as Elites Democráticas: 1974-2000

Autor

ACÁCIO FERNANDO DE SOUSA

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

Sendo parte dum estudo mais alargado sobre as elites políticas no regime republicano em Leiria durante o séc. XX, esta comunicação incide sobre o período entre 1974 e 2000, que trouxe mudanças quanto aos modelos de recrutamento local e de carreira dos protagonistas em relação ao anterior regime autoritário.

Importa, assim, confirmar as descontinuidades na formação destas elites ou, numa outra hipótese, constatar continuidades familiares ou de cargos antes exercidos, questionando ainda até que ponto passaram a ser outras as condições de representação no regime democrático.

Ao ter como referência a caracterização geral das elites políticas locais, centramos a análise nas de Leiria, partindo duma base propográfica, sobretudo das que exerceram relevantes cargos políticos: eleitos para a Assembleia da República, Governadores Civis, Presidentes e Vereadores na Câmara Municipal.

Sala 12.2.10

Instituições Políticas na América Latina

MODERADOR: Andrés Malamud, ICS-UL

DISCUSSANT: Miguel de Luca, Univ. Buenos Aires

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Primary Elections and Chief Executive Selection. A Comparison of Three Argentinean Cases</i>
<i>Autor</i>	<i>ANTONIO CASTALDO (nico2078@hotmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Roma Tre University</i>

RESUMO

In the last decades primary elections has been increasingly used by political parties as method of candidate selections. In Latin-America that instrument has been utilized by many political parties of Argentina, Chile, Uruguay, Colombia, Costa Rica, Mexico, in order to select both parliamentary and presidential candidates. Since 1989, Argentinean political parties adopted primary elections quite intensively, offering a large number of cases to compare among, within almost the same political-institutional system. In this research I focus my attention on three cases of Argentinean presidential candidates selected through elecciones internas: Eduardo Angeloz (UCR, 1989); Carlos Menem (PJ, 1989); Fernando De la Rúa (ALIANZA, 1998). What kind of factors can explain resemblance and differences in the outcomes of these candidate selection processes? I split the primary election process in two phases (offer and outcomes), focusing my attention on the most prominent actors (elite, membership, electorate) and factors (political factors, formal-structural factors and electability/viability) involved in the process.

The analysis shows that in order to understand how and why this instrument has been used by Argentinean political parties we need to pay attention to the type of formal and informal relations among intra-party actors and to the permeability/impermeability of the elite-actor

Título da Comunicação

*Designing Decentralization Models: the “Implicative”
Condition. Bolivian Multistage Process of Decentralization*

Autor

*ANA HARO GONZALEZ
(anaharo@pdi.ucm.es)*

Instituição

Univ. Complutense Madrid

RESUMO

Most of the countries in Latin America carried out decentralization processes in the last two decades. The temporal coincidence of these processes and the rapidity of their implementation pushed scholars to pay special attention to the phenomenon. In these sense, most of the literature has been focused on the causes that push central legislators to give up power (O’Neill 2005, Haggard et al 1999, Grindle 2000) and the consequences of the institutional change (Prud’homme 1995, Finot 2000, Eaton 2000) but the literature has scarcely dwelled upon the different models of decentralization among which the decision makers can choose once that the decentralization demand is activated. At this regard, this paper analyzes the different political decentralization designs and the factors that encourage central legislators to select them, paying special attention to a new causal variable, that is to say, the “implicative condition”. The paper proposes a theoretical framework and applies it to the Bolivian decentralization process which took place from 1994 to 2009.

Título da Comunicação

Cabinet Instability in Presidential Democracies

Autor

MARCELO O. CAMERLO

(mcamerlo@gmail.com)

Instituição

ICS – UL

RESUMO

This paper studies crises within democracy in Latin America by focusing on a relatively understudied political institution: presidential cabinets. The main argument to be tested is that, in the context of the progressive consolidation of democracy, portfolio reallocation developed into a more important instrument for solving socio-political conflicts.

The paper proceeds as follows. In the first section I argue that after the study of regime instability and presidential instability, cabinet instability constitutes a necessary next step in research on Latin American political institutions; then I introduce an approach to the study of cabinet instability in presidential systems. In the second section I propose three measures of cabinet instability, and apply them to the analysis of 76 Latin American administrations. In the third section I analyze the relationship between cabinet instability and three composed variables, namely the level of democratic consolidation, the form of presidentialism, and the type of conflict involved. The analysis covers all portfolio reallocation from 1979 to 2008 in 12 Latin American democracies (Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, Mexico, Paraguay, Peru, Uruguay, and Venezuela).

Título da Comunicação

*The Political Economy of Legislative Overrepresentation
in Latin America, a Comparative Study*

Autor

JORGE P. GORDIN

(gordin@giga-hamburg.de)

Instituição

German Institute of Global and Area Studies

RESUMO

Sala 12.2.12

Concepções Clássicas da Justiça

MODERADOR: Luís Nuno Rodrigues, ISCTE

Título da Comunicação

O Discurso da Justiça e da Injustiça nos Filósofos clássicos

Autor

ANDRÉ ABRANCHES FONSECA SANTOS

(abranches.a@gmail.com)

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

O discurso é, inquestionavelmente, uma forma de expressão. É razoável admitir que os filósofos clássicos, como Platão e Xenofonte, tenham tido um cuidado extremo na selecção e apresentação da melhor forma discursiva para transmitir ou desenvolver os seus raciocínios e ensinamentos. Na minha apresentação, explicarei a razão fundamental da *phronesis* (discursiva) de Platão e Xenofonte e a só recentemente readquirida forma de compreender os filósofos clássicos, desenvolvida por Leo Strauss, que assinala a importância desta virtude na arte de escrever.

Como se verá, a compreensão da forma escrita dos clássicos condiciona e, por vezes, determina o próprio conteúdo das suas obras (a forma tem primazia sobre a matéria). Se um filósofo deve ser medido pelo valor das suas palavras, os filósofos clássicos só apareceriam com metade do seu esplendor se nos cingíssemos à análise daquilo que eles disseram, por uma análise que alia aquilo que eles disseram àquilo que eles disseram não dizendo coisa alguma.

Título da Comunicação

Sociedade Aberta e Diferenciação em Eric Voegelin

Autor

EDUARDO SCHMIDT PASSOS

(edusp82@hotmail.com)

Instituição

IEP-UCP

RESUMO

Tanto os antigos impérios do Oriente Próximo quanto os regimes totalitários do século XX viam-se como representantes de uma ordem que transcendia a própria sociedade, aqueles que negassem a submissão à ordem da sociedade eram inimigos da paz e da concórdia e, como tal, deveriam arcar com as consequências da sua rebelião.

Evidentemente, a subordinação à verdade representada pela sociedade não é a única forma da existência humana em sociedade. No entanto, como afirma Eric Voegelin, “a descoberta de uma verdade capaz de desafiar a ordem dos antigos impérios é, em si, um evento histórico de grandes dimensões” (CW. Vol. 5, pg. 135). Assim, esta comunicação propõe-se a examinar o processo histórico de diferenciação no qual a pessoa humana compreende-se como aberta para a verdadeira fonte da ordem, fonte esta, que transcenderia a própria sociedade. Será analisado também a consequente simbolização da sociedade como uma sociedade aberta.

Título da Comunicação

*A criação de Humanidade: a
escravatura no pensamento político seiscentista*

Autor

SOFIA VALDEZ TÚMA

(svaldez.tuma@gmail.com)

Instituição

Univ. Carlos de Praga

RESUMO

Esta comunicação pretende realçar a importância conceptual do escravo como figura de alteridade e inspiradora na evolução do pensamento político ocidental. Nesta óptica, o escravo não se define como aquele que foi *justamente* capturado ou vive em cativeiro por pertencer a um povo bárbaro, infiel, selvagem ou incivilizado, mas diz antes respeito aos povos e indivíduos no seio da própria Cristandade. É precisamente a reflexão sobre a experiência do escravo e da escravatura que permitirá a diversos humanistas fazer uma crítica à sociedade corporativa vigente com a intenção de criar um novo sistema político de carácter individualista e contratual que conduzirá à fundação da sociedade civil. O nosso estudo apoia-se nomeadamente nas obras de Hugo Grócio, Thomas Hobbes, Espinosa, Christian Wolff, Samuel Pufendorf e Padre António Vieira. Com base nestes textos, elaborados na transição entre os referidos paradigmas, o corporativista e o contratualista, pretende-se compreender o processo pelo qual a escravatura humana surgiu como ditame fundamental para o emergente modelo da sociedade civil e analisaremos a sua importância para a criação de humanidade, característica comum a todos os homens.

Título da Comunicação

*Dos Benefícios do Pensamento Político de
John Locke para a causa feminista do seu tempo*

Autor

CLÁUDIA DUARTE

(cl_sduarte@hotmail.com)

Instituição

IEP-UCP

RESUMO

O comentário feminista da obra política de John Locke tem dedicado grande atenção às afirmações contraditórias do filósofo relativamente à condição natural das mulheres. A defesa da liberdade e da igualdade naturais da humanidade e, conseqüentemente, dos direitos individuais de participação no processo de instituição da autoridade política, não é compatível com a desigualdade natural que Locke reconhece existir entre os sexos no seio da sociedade conjugal. Pretende-se reconsiderar esta incongruência à luz da relação que o trabalho filosófico de Locke parece ter teorizado entre liberdade humana, desenvolvimento cognitivo e educação infantil. Poderá mostrar-se desta forma que apesar das desvantagens impostas à mulher pela vivência de circunstâncias sociais particulares, a teoria política de Locke revela um potencial latente para responder aos anseios políticos femininos.

Assumindo-se como teorizadora do caminho e dos instrumentos que, uma vez ao alcance de ambos os sexos, permitem a igualdade no desenvolvimento das capacidades naturais, a filosofia de Locke garante o motivo teórico e a solução prática para o estabelecimento da igualdade sexual no contexto da sociedade política.

Título da Comunicação

La Cultura Política de los inmigrantes.

Una Propuesta para su abordaje metodológico

Autor

PABLO BIDERBOST MOYANO

Instituição

Instituto de Iberoamérica, Univ. Salamanca

RESUMO

El estudio de la realidad migratoria siempre ha entrañado un desafío metodológico. Tal empresa se agudiza cuando el fenómeno es analizado desde aristas no habituales. En tal sentido, el abordaje de la dimensión de la cultura política de los inmigrantes en las sociedades de acogida importa un problema al que los científicos políticos ofrecen diferentes respuestas. En este caso, se ha optado por el uso de la estrategia del análisis multinivel para pretender identificar cuáles son los factores, tanto individuales como ambientales, que afectan los niveles de desarrollo cívico (competencias cívicas) poseídos por los adolescentes inmigrantes en la escuela secundaria española.

De esta manera, se procede a la identificación de las variables que pueden estar ocasionando situaciones de marginación cívico-política y cuya visualización es necesaria para la puesta en marcha de políticas públicas tendientes a la superación de escenarios no deseados. En este documento, se discuten los elementos que convierten a la herramienta estocástica elegida en la idónea para este tipo de análisis y se hace mención, paralelamente, de sus carencias como instrumento metodológico.

Título da Comunicação

*Estratégias de investigação em contextos
mediados por computador: especificidade e dificuldades*

Autor

TIAGO CARVALHO

[\(tiagomlcarvalho@gmail.com\)](mailto:tiagomlcarvalho@gmail.com)

Instituição

ICS-UL

RESUMO

Actualmente as tecnologias de informação e comunicação são importantes meios através dos quais se expressam vários grupos, importando estudar as formas de mobilização e participação via internet e o respectivo impacto na criação de novas formas de esfera pública. Contudo, pelas especificidades inerentes a este contexto importa desenvolver estratégias de recolha de informação que tenham em atenção as várias dificuldades, como, por exemplo, a distância e não presença dos indivíduos em estudo. A partir da experiência de estudo de valores e práticas sociopolíticos de *bloggers* de opinião, pretende-se encetar uma reflexão em que se descreve o processo e as decisões tomadas perante as dificuldades previstas e encontradas no processo de investigação mediada por computador.

Deste modo, relaciona-se método, objectivos e objecto num quadro de metodologia mista que combinou um *websurvey* (N=209), um inquérito de perguntas abertas (N=30) e um processo de “trabalho de campo” virtual. Aborda-se o processo de recolha de contactos e as estratégias de aumento da taxa de resposta e descreve-se, ainda, o processo de elaboração do inquérito tendo em conta as dificuldades objecto em causa.

Título da Comunicação

Public Powers interaction: a methodological framework for its analysis

Autor

GUILLERMO BOSCÁN CARRASQUERO

(guillermoboscan@gmail.com)

Instituição

Univ. Salamanca

RESUMO

During the 1990s, Latin America experienced a democratic renaissance, including constitutional reforms that introduced vast modifications in the judiciary system. Such institutional changes included new bodies in charge of constitutional review (Constitutional Courts), and the administration of the judicial sector (Judicial Councils). Following these modifications, several countries experienced a series of phenomena, well known in established democracies: An increase of judicial defiance against elected political actors, also known as judicial activism; the emergence and increase of cases of political nature solved in the courts, also known as the *judicialization of politics*, and continuous/growing efforts of political actors to tame the courts - this is, politization of justice.

These phenomena have generated new forms of interaction between the different branches of public power: against a decision of the judiciary there is the possibility of a reaction from the legislative branch or the other elected bodies. Thus, the aim of this study is to expose a new methodological framework for the study of this kind of relationships.

Mesa Redonda O campo profissional da Ciência Política em Portugal: uma abordagem exploratória

Autores Helena Carreiras, Abel Picado, Ana Nicolau, Bernardo Sousa, Bruno Geraldes, Diogo Assis, Joana Freire, Joana Novo, Maria João Évora, Magda Machado, Maria Elvira Ferreira, Marta Pacheco, Marta Pico, Miguel Silva, Pedro Fragoso, Sara Cunha, Tânia Coutinho, Tânia Frias, Tiago Gil, Tiago Ribeiro, Vera Matos, Waldyner Boa Morte

Instituição: ISCTE

Sala 12.3.12

Políticas Públicas

MODERADOR: José Manuel Moreira, Univ. Aveiro

Título da Comunicação

Sindicatos, Concertação social e políticas públicas: há futuro para o diálogo social tripartido?

Autor

*HENRIQUE DE SOUSA
(henriquejcsousa@gmail.com)*

Instituição

FCSH-UNL

RESUMO

Inscreve-se esta comunicação na avaliação crítica da experiência portuguesa de concertação social, do ponto de vista da participação dos sindicatos e da sua relação com o sistema político e com a produção das políticas públicas, por comparação com outras experiências europeias contemporâneas de aplicação de modelos neo-corporativos de diálogo social tripartido.

A sua aplicação em Portugal foi tardia, como tardia foi a edificação de um frágil Estado social e em condições profundamente diferentes das que caracterizaram a construção de sistemas de concertação social associados à edificação de Estados sociais mais robustos noutros países europeus. Pretende-se analisar a viabilidade do sistema de concertação social português tendo em conta o quadro institucional e social em que se movem os seus actores, a sua utilidade para a afirmação e representação dos interesses do mundo de trabalho na definição da agenda e na produção das políticas públicas e a compatibilidade e contributo do seu funcionamento para a qualidade da democracia, designadamente quanto à compatibilização de modelos corporativos de representação de interesses com o funcionamento da democracia representativa.

No quadro desta análise, é examinado o estado e a relação de forças do movimento sindical em Portugal, as orientações, interacção e práticas dos dois principais modelos de sindicalismo existentes, protagonizados pela CGTP e pela UGT e a relação das suas estratégias com o sistema de concertação social.

Título da Comunicação

Gestão Pública e Teoria das Burocracias: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da Governação Pública

Autor

*JOSÉ MANUEL MOREIRA e ANDRÉ AZEVEDO ALVES
(jmoreira@ua.pt/ azevedoalves@yahoo.com)*

Instituição

Univ. Aveiro

RESUMO

Com este texto pretendemos dar conta da evolução de um movimento reformista que vai da Administração Pública à Governação, passando pela Nova Gestão Pública. Um movimento cuja compreensão, mais do que por uma sucessão de etapas, passa por entender as tensões e também o valor e limites de cada uma das formas de analisar o sector público e o comportamento nas organizações burocráticas.

Assim, o texto defende a necessidade de uma visão mais integrada que supere abordagens dicotómicas e permita perceber porque, desde o início, a Administração Pública e a análise científica do comportamento burocrático foram temáticas de “encruzilhada”: primeiro entre a Ciência Política e o Direito e a seguir entre a Gestão Pública, a Economia e a Governação.

Título da Comunicação

Acesso à cidadania por parte dos imigrantes – a

Lei da Nacionalidade Portuguesa

Autor

JOÃO CARVALHO

[*\(j.carvalho@sheffield.ac.uk\)*](mailto:j.carvalho@sheffield.ac.uk)

Instituição

Univ. Sheffield

RESUMO

Nas democracias liberais o estatuto de cidadania consiste fundamentalmente num estatuto legal que define o indivíduo como pleno membro da comunidade política e social. O acesso à plena cidadania por parte dos cidadãos estrangeiros envolve a obtenção da nacionalidade do país de acolhimento. Portugal tornou-se um país de imigração desde finais da década de 1970 e desde então este fenómeno social tem se vindo a intensificar progressivamente (ou tem se intensificado progressivamente). Paralelamente, por iniciativa de dois governos distintos foram realizadas reformas à lei da nacionalidade portuguesa em 1994 e em 2006.

Neste contexto de crescente presença da imigração na sociedade portuguesa, interessa conhecer a natureza das reformas empreendidas e o impacto dessas mesmas no acesso à plena cidadania por parte dos cidadãos estrangeiros. Neste intuito, será realizado um breve resumo da evolução da lei da nacionalidade portuguesa desde a década de 1970 até 1990. As reformas realizadas em 1994 e em 2006 serão foco de uma análise mais detalhada de forma a comparar os processos legislativos e o impacto desses no acesso à cidadania portuguesa. Por fim, será realizada uma breve comparação em Portugal e em Itália sobre esta matéria de forma a contextualizar os recentes desenvolvimentos no plano europeu.

Título da Comunicação *Votar no Estrangeiro: participação política e cidadania dos emigrantes portugueses*

Autor *JOANA AZEVEDO, MARCO LISI e MANUEL ABRANTES*
(joana.azevedo@iscte.pt/marco.lisi@ics.ul.pt/manuelabranes@gmail.com)

Instituição *ICS-UL*

RESUMO

Como têm votado os emigrantes portugueses? O *paper* que se propõe corresponde a uma fase preliminar do desenvolvimento de um projecto mais vasto, denominado “Votar no Estrangeiro”, financiado pelo Observatório da Emigração, cujo propósito é a análise da participação cívica e política dos emigrantes portugueses sob diversas perspectivas. Com um carácter essencialmente descritivo, o *paper* visa divulgar os primeiros dados do projecto; isto é, visa apresentar uma caracterização sumária do comportamento de voto dos emigrantes portugueses, sob três vertentes de análise principais. Numa, pretende-se analisar longitudinalmente a participação eleitoral dos emigrantes portugueses (legislativas, europeias e presidenciais), desde 1976 até às eleições de 2009. Outra vertente de análise centra-se no estudo do caso específico das Legislativas de 2009, procurando-se designadamente identificar as principais estratégias dos diferentes partidos políticos face aos eleitores portugueses na emigração. A terceira vertente de análise, incide sobre a actual proposta de alteração da Lei Eleitoral e respectivas posições dos partidos e das associações que representam os emigrantes.

A resposta àqueles objectivos comporta especialmente a análise estatística dos resultados eleitorais para a emigração entre 1976 e 2009, a análise de conteúdo dos programas dos partidos políticos, e a realização de entrevistas a representantes dos partidos políticos.

16:30 – 18:30

Sala 12.1.18

Direito Humano à Água: dinâmicas e implicações

MODERADORA: Paula Duarte Lopes, Univ. Coimbra

DISCUSSANT: Maria Eduarda Gonçalves, IES-ISCTE

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Em busca de um direito humano à água: fundamentos e implicações</i>
<i>Autor</i>	<i>DANIELA NASCIMENTO (danielan@fe.uc.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Coimbra</i>

RESUMO

Apesar de alguns argumentarem que um direito humano à água já existe, e de o Comité para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas ter já reconhecido nos seus Comentários Gerais que este direito humano à água está implicitamente consagrado no artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, tem havido uma mobilização internacional exigindo o reconhecimento explícito deste direito. Apesar destes desenvolvimentos, a natureza básica e universal deste tipo de direito é ainda bastante questionada, especialmente devido às suas potenciais implicações. Um direito humano implica o seu respeito, protecção e garantia. A partir dos recentes desenvolvimentos e práticas, assim como no enquadramento internacional e na prática das Nações Unidas nesta matéria, esta comunicação procura identificar e analisar criticamente os principais fundamentos e implicações – políticas, jurídicas, sociais – dos esforços internacionais com vista ao reconhecimento e consagração de um direito humano e universal à água.

Título da Comunicação

Direito humano à água e governação

Autor

PAULA DUARTE LOPES

(pdl@fe.uc.pt)

Instituição

Univ. Coimbra

RESUMO

A governação dos recursos hídricos tem sofrido alterações estruturais desde a década de 1980. A adopção de um quadro neo-liberal implicou uma alteração do regime de governação hídrico. É neste contexto que a consagração de um direito humano à água surge. Esta comunicação apresenta estas alterações, explicando as razões do surgimento e da importância desta questão, analisando as implicações da consagração de um direito humano à água para o modelo de governação existente.

Título da Comunicação

Economia política do direito humano à água

Autor

MANUEL COURET BRANCO e PEDRO DAMIÃO HENRIQUES

(mbranco@uevora.pt/ pdamiao@uevora.pt)

Instituição

Univ. Évora

RESUMO

Esta comunicação aborda o papel do mercado na defesa desigual do direito humano à água a cada indivíduo. Pretende-se assim analisar o discurso da teoria económica dominante, revelando a sua incompatibilidade com o direito humano à água. Primeiro, os mecanismos de afectação de recursos no âmbito da lógica de mercado diferem dos subjacentes a uma lógica de direitos humanos, permitindo a exclusão com base na capacidade de pagarem. Segundo, assumir o mercado como a instituição reguladora por excelência não só se revela ineficiente para atingir o objectivo de cobertura universal da rede de abastecimento de água, como também levanta o problema da responsabilização perante a consagração do direito humano à água.

Título da Comunicação

O direito humano à água: uma visão de políticas públicas

Autor

JOÃO PATO

[*\(joao.pato@ics.ul.pt\)*](mailto:joao.pato@ics.ul.pt)

Instituição

ICS – UL

RESUMO

O direito humano à água pode ser visto, pelo menos, em três perspectivas distintas: o direito à quantidade necessária para satisfazer necessidades de consumo diário; o direito de fruição da água nas suas distintas valências; e o direito à sustentabilidade do recurso, propriamente dito. A conjugação destas três perspectivas tem dado origem a distintas configurações de políticas públicas ao longo dos séculos, diferenciadas de país para país; mas há um pressuposto que, tendo sido enunciado pela primeira vez de forma sistemática no direito romano, prevalece até hoje na grande maioria das sociedades ocidentais: a classificação da água como bem público.

Partindo desta configuração de valor (classificação da água como bem público), esta comunicação analisa a forma como estas três dimensões das políticas públicas da água se desenvolveram em Portugal ao longo das últimas décadas, e contribuiram para chegarmos à configuração actual.

Anfiteatro 12.1.19

Política Externa, Segurança e Defesa na União Europeia

MODERADORA: *Laura Ferreira Pereira, NICPRI – Univ. Minho*

<i>Título da Comunicação</i>	<i>EULEX KOSOVO: Estratégia da Política Europeia de Segurança e Defesa</i>
<i>Autor</i>	<i>LILIANA DOMINGUES REIS (lilianareisfnd@hotmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Minho</i>

RESUMO

O Kosovo foi um marco importante para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e Defesa, e é actualmente um exemplo paradigmático de uma missão civil da UE, sobre a alçada da PESD. A posição europeia relativamente à declaração de independência do Kosovo de 17 de fevereiro de 2008 permanecia uma incógnita. Teria a EU capacidade para unir os seus 27 estados membros em prol de uma questão de política externa nas suas próprias fronteiras? A impossibilidade de Bruxelas alcançar uma posição comum prejudicaria profundamente a posição da União Europeia como actor relevante no cenário regional, e este era, de facto, um cenário provável.

A aprovação da EULEX, apenas com a abstenção do Chipre, revelou uma posição Europeia uniforme quanto ao Kosovo, não obstante, Espanha, Romênia, Chipre e Grécia e a Eslováquia não reconhecerem a independência do território. Os factos mostraram, entretanto, que ainda havia espaço para uma articulação política coerente. Tendo em vista a impossibilidade de se alcançar uma posição comum com relação ao reconhecimento, a União Europeia tem concentrado seus esforços no sentido de auxiliar a criação de um Estado kosovar que seja democrático, estável e próspero. Neste sentido, pode dizer-se que a política externa europeia passou o teste do kosovo, contornando habilmente as políticas externas nacionais. A missão da União Europeia de assistência às autoridades Kosovares na área do Estado de Direito no Kosovo, EULEX-Kosovo é a maior missão civil preparada sob a alçada da Política de Segurança e Defesa da UE. A missão da UE no âmbito do Estado de direito complementa o marco estratégico do processo de estabilização e associação, constituindo um elemento determinante para garantir a estabilidade geral da região dos Balcãs. Na realidade, através deste processo, a UE planeou, junto com a comunidade internacional, uma operação de reconstrução pós-conflito. Dentre as incertezas projectadas, a grande surpresa fica por conta da União Europeia, que foi capaz de articular uma política comum sobre Kosovo, a despeito das divergências com relação ao reconhecimento do novo Estado.

Título da Comunicação

A União Europeia, actor de segurança: rumo a uma cultura estratégica comum baseada na segurança humana?

Autor

ANA ISABEL XAVIER
(xavier.anaisabel@gmail.com)

Instituição

Univ. Coimbra

RESUMO

A minha reflexão no congresso APCP 2010 pretende questionar se a União Europeia será capaz de desenvolver uma cultura estratégica baseada no conceito de segurança humana, um conceito-chave dos estudos críticos de segurança. Será que a União Europeia conseguirá assumir-se como um actor global baseado num novo tipo de cultura estratégica onde o uso da força é substituído por uma perspectiva “people to people” e uma abordagem civil mais do que militar da gestão de crises? Como é que o conceito de segurança humana tem vindo a ser associado nas missões de gestão de crises em que a União Europeia se tem vindo a empenhar nos últimos anos e como é que tal tem projectado o actor a uma escala global? Que actor político é a União Europeia hoje depois da Estratégia Europeia de Segurança de Solana, depois do Relatório de Barcelona e de Madrid? Poderá o conceito de segurança humana ser a chave para que a UE se afirme definitivamente na cena internacional como um actor cuja voz é ouvida *de facto* para a resolução das crises internacionais actuais?

Iremos concluir que há sinais que uma cultura estratégica se tem vindo a desenvolver através de um processo de socialização entre os Estados-membros que foi reforçado pelos mecanismos institucionais do segundo pilar, pelo headline goal de Helsínquia, pela associação de meios civis e militares para a gestão de crises em Santa Maria da Feira ou pela própria Estratégia Europeia de Segurança. Concluiremos também que a existir uma cultura estratégica esta é, tal como a própria UE, de natureza especial e híbrida, a lembrar as comunidades de segurança de Deutsch, onde a diversidade geográfica, política e cultural dissemina múltiplas e fragmentadas sub-culturas estratégicas, com um processo de construção de identidade comum, mas longe de uma única cultura estratégica transnacional.

Título da Comunicação

A evolução da política externa europeia: de CPE a PESC

Autor

ADRIAN CHROBOT

(adrian.chrobot@gmail.com)

Instituição

Univ. Lisboa

RESUMO

Os Negócios Estrangeiros representam uma das áreas menos “europeizadas” e na qual os Estados-Membros mostram mais resistência à influência da União Europeia. A história da difícil cooperação, a começar com o projecto da Comunidade Política Europeia, passando pela Cooperação Política Europeia, que evoluiu para a Política Externa e de Segurança Comum, mostra que os dirigentes dos estados europeus continuam a ter muitas dúvidas quanto à cedência dos seus poderes à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu.

O presente *paper* tem como objectivo investigar a evolução da colaboração dos estados na área dos Negócios Estrangeiros e o crescente impacto das instituições europeias nesta área, apesar da resistência dos Estados-Membros. Irá também analisar o debate europeu na área, na sua continuidade, examinando em particular os pontos mais controversos, as razões pelas quais alguns projectos acabaram sem sucesso, enquanto outros foram realizados. Por último, o *paper* irá analisar as consequências do Tratado de Lisboa e as perspectivas da futura divisão de competências entre o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da União Europeia.

Anfiteatro 12.2.1

Leste Europeu – A Europa de Leste e a Soberania

MODERADORA: Teresa Cierco Gomes, FCSH – Univ. Beira Interior

Título da Comunicação

Kosovo: A viabilidade do novo Estado

Autor

TERESA CIERCO GOMES

(tgomes@por.ulusiada.pt)

Instituição

FCSH-Univ. Beira Interior

RESUMO

A 17 de Fevereiro de 2008 o Kosovo declarou unilateralmente a sua independência da Sérvia. Após 9 anos como protectorado nas Nações Unidas, o Kosovo tem o seu estatuto definido, na perspectiva dos Albaneses, e de todos os países que já o reconheceram enquanto Estado. Mas, estará este de facto resolvido? Há algumas circunstâncias que tornam questionável a sua viabilidade. Dada a sua total dependência da assistência internacional e a sua situação de Estado não autorizado pelas Nações Unidas, será o Kosovo realmente um Estado independente, com soberania e auto-governo?

Dois anos após a declaração de independência, o Kosovo continua a querer se afirmar no sistema internacional como Estado soberano capaz de decidir de forma autónoma o seu próprio destino. Mas, será viável enquanto Estado?

Este estudo visa analisar a situação política, económica e social existente *de facto* no Kosovo, identificar pontos fortes e vulnerabilidades do ponto vista interno e factores externos que possam constituir ameaças e oportunidades para este “novo país”.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A implicação dos interesses geopolíticos na dissolução da Jugoslávia para o Direito Internacional</i>
<i>Autor</i>	MARÍLIA BORTOLUZZI (marilia_bortoluzzi@yahoo.com.br)
<i>Instituição</i>	Univ. Federal Rio Grande do Sul

RESUMO

A comunicação investiga a violação das normas de direito internacional pelos principais protagonistas do sistema internacional envolvidos na dissolução da Jugoslávia, no período 1990-2002. São mapeados os interesses estratégicos dos poderes ocidentais na região balcânica, através da análise das relações assimétricas entre os protagonistas do sistema e a Jugoslávia, a fim de extrair a contribuição de uma variável de política internacional na dissolução. A análise da posição da Jugoslávia na economia mundial capitalista é, com isso, essencial para a compreensão do envolvimento de Estados poderosos no desenrolar do colapso. Após, estabelece-se o reconhecimento prematuro das repúblicas separatistas como uma violação à doutrina do reconhecimento, e identifica-se o desrespeito às regras de Direito Internacional na intervenção humanitária da Bósnia e na guerra da OTAN contra o Kosovo. Por fim, são inferidas as conseqüências dessas violações para o Direito Internacional, em geral, e para o Direito Comunitário, em específico.

Sala 12.2.8

A U.E e o Terrorismo Transnacional II

MODERADORA: Ana Paula Brandão, NICPRI – Univ. Minho

DISCUSSANT: José António Passos Palmeira, NICPRI – Univ. Minho

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A CopoJup e o Terrorismo Transnacional: o desafio da coerência/ coordenação transpilares</i>
<i>Autor</i>	<i>ANA PAULA BRANDÃO e DIANA FERREIRA OLIVEIRA (abrandao@eeg.uminho.pt/ cpo64365@eeg.uminho.pt)</i>
<i>Instituição</i>	<i>NICPRI – Univ. Minho</i>

RESUMO

Na década de 70, os Estados-membros a CEE iniciam uma cooperação informal em matéria de segurança interna. Após a assinatura do Tratado de Maastricht e a respectiva formalização da cooperação (intergovernamental “melhorada”) mais ampla no domínio da Justiça e Assuntos Internos, a luta contra o terrorismo passa a ser conduzida no quadro do terceiro pilar da UE. O Tratado de Amesterdão restringe o terceiro pilar à sua essência (segurança interna) e, associado ao Programa de Tampere, externaliza a cooperação de incidência interna. Após o 11 de Setembro é adoptada uma abordagem transpilares na luta contra a ameaça transnacional que torna mais complexa a exigência de coerência do actor europeu. A luta contra o terrorismo explícita duas dinâmicas – a transversalização e a externalização da CopoJup. Nesta terceira fase, o desafio deixa de se restringir ao actor internacional (coerência entre as dimensões económica e política das relações externas da UE), passando a colocar-se ao actor de segurança em construção, o que exige a coordenação inter-pilares e inter-políticas no domínio da segurança.

Título da Comunicação

*A coordenação EU – Estados Membros: o caso da
cooperação policial na luta contra o terrorismo*

Autor

ELIA CHAMBEL

(eliachambel@gmail.com)

Instituição

ISCPSI

RESUMO

Após a consagração do Princípio do Direito Democrático, na Europa, o direito à segurança dos cidadãos tem de ser respeitado e garantido. Perante as constantes ameaças à segurança global, as quais, inevitavelmente se traduzem em verdadeiras “tragédias” humanas, os sistemas de prevenção criminal implementados estão a ser ineficazes e insuficientes. O terrorismo representa um dos maiores flagelos da actualidade ao nível internacional semeando o terror e o pânico nas pessoas, por isso é urgente encontrar soluções que possam desencadear um conjunto de acções eficazes no combate à sua erradicação. A exigência de uma cooperação policial é fundamental e necessária para uma constante e rápida necessidade de antecipação do acto terrorista colmatando as falhas criadas na segurança. Normalmente, os países apenas se começam a preocupar quando a ameaça é realmente verdadeira e real, mas não será já tarde demais para o “abrir dos olhos”?

Título da Comunicação

*A coordenação EU- Estados Membros: o caso da
cooperação judiciária na luta contra o terrorismo*

Autor

MANUEL GUEDES VALENTE

(manuelmonteirovalente@gmail.com)

Instituição

ISCPSI

RESUMO

A internacionalização do terrorismo a par da globalização económica e criminal gerou a consciência de que o Estado de Vestefália é impotente para prevenir e lutar contra um fenómeno criminógeno que foi durante muito tempo considerado um acto de afirmação política, ideológica, religiosa e económica. A prevenção de um fenómeno que a todos afecta, independentemente do local onde nos encontramos, gerou em varias regiões – em especial na União Europeia – no mundo a regionalização (europeização) e internacionalização da justiça penal. A União Europeia desenvolve elevados esforços para promover a cooperação judiciária em matéria penal para prevenção de vários fenómenos criminais, sendo de destacar o fenómeno do terrorismo. Os esforços desenvolvidos implicam não só a criação de instâncias europeias coordenadoras de cooperação judiciária, como também a harmonização das legislações penais e processuais penais dos vários Estados-membros. A doutrina e a jurisprudência nacional e europeia têm alertado para o facto de que a prevenção dos fenómenos criminais não pode alguma vez olvidar-se do património da humanidade: direitos humanos.

Sala 12.2.9

Elites e Representação Política III

MODERADOR: Manuel Meirinho Martins, ISCSP-UTL

DISCUSSANT: Manuel Meirinho Martins, ISCSP-UTL

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Atitude das Elites Políticas Nacionais face à Europa: os inquéritos IntUne (2007-2009)</i>
<i>Autor</i>	<i>DIOGO MOREIRA e JOÃO PEDRO RUIVO</i> <i>(diogo.moreira@ics.ul.pt / joao.pedro.ruivo@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>ICS – UL e FCSH-UNL</i>

RESUMO

Em 2007 e 2009 ocorreram duas vagas de inquéritos às elites políticas portuguesas sob o auspício do projecto InTune – Integrated and United (sob a coordenação de Maurício Cotta). É objectivo desta comunicação apresentar uma visão de conjunto dos resultados obtidos nessas duas vagas. Usando a mesma metodologia de análise já aplicada nos resultados da primeira vaga (Moreira *et tal* 2009), testaremos o conceito de “cidadania europeia composta” (Cotta 2008), que se caracteriza por uma dimensão indirecta de cidadania, baseada na ideia de que os cidadãos dos Estados-membros da UE são automaticamente cidadãos europeus, sem precisarem de se sentirem ligados a uma comunidade – “*polity*” – europeia; e numa dimensão directa de cidadania europeia, que consiste na relação entre os cidadãos europeus e as instituições da União.

Título da Comunicação

A lógica do Legislador na Definição da Carreira Política no Brasil

Autor

SIMONE CUBER ARAUJO PINTO

(scuber@ibmecrj.br)

Instituição

IUPERJ

RESUMO

O objetivo do trabalho é o de revisar a literatura e analisar o modelo de carreira política no Brasil, buscando compreender a sua construção a partir da apreensão da lógica da tomada de decisão do legislador brasileiro na definição de sua trajetória profissional. O estudo procurará estabelecer as motivações dos membros da Câmara dos Deputados na definição das opções de carreira que se apresentam, no sentido de permanecer ou não na arena legislativa. A questão a ser analisada é se a instituição está oferecendo aos seus membros atrativos à sua permanência, ou se estes estão alocados em outras instâncias. A hipótese-teste é a de que o poder executivo tem surtido um efeito de atração sobre os membros do legislativo.

Título da Comunicação

Responsible Parties? Election promises and Democratic Accountability

Autor

CATHERINE MOURY

(catherine.moury@iscte.pt)

Instituição

CIES-ISCTE

RESUMO

Do political parties fulfil their election promises? If they do, under what conditions do they perform best? These questions are central to the theories and practice of representative democracy and is an essential features of the Responsible Party Model. According to this Model, parties, once in power, should mostly act according to what they had promised to voters. Recent empirical research has been concerned with whether this affirmation was true or not, but there are a number of potential problems associated with it.

This paper proposes to review, and critically assess, the existing literature which has been examining the congruence between governing parties' commitments and subsequent government policies. It will first review the most ambitious project in the field, carried out by scholars involved in the Manifesto Research Group (MRG). It will then turn to evaluate the most recent, and perhaps less known, work by other scholars who adopted a more straightforward method: they look at specific pledges in platforms and manifestoes and determine whether or not they were indeed carried out. It is this second generation of pledge researchers that provided the impetus for the recently formed *Comparative Party Pledges Group (CPPG)*.

Those scholars generally found out that parties respect their pledges. While parties governing in coalition are significantly outperformed by single-party governments, it does not happen to be true for minority governments. That is a surprising finding, as recent studies have argued that parties which support government are to a large extent able to influence government decisions. The Portuguese case is of great interest, because it features coalition governments, and single-party government governing in both minority and majority. Nevertheless, this case has never been studied. A third part of the paper will be concerned with proposing a research focusing on the Portuguese case.

Sala 12.2.10

Regimes Autoritários e Tomada de Decisão

MODERADOR: Goffredo Adinolfi, CIES-ISCTE

RESUMO

O presente painel enquadra-se dentro do projecto coordenado por António Costa Pinto relativo as elites políticas e tomada de decisão nos regimes autoritários da Espanha, Portugal, Alemanha e Itália.

Em particular o que aqui se pretende analisar no próximo colóquio de Ciência Política, após ter evidenciado a estrutura da elite política nas sessões passadas, são os percursos de decisão política. Os países em questão serão Portugal, Alemanha e Itália e o intuito será o de evidenciar as linhas de continuidade, ou descontinuidade nos regimes autoritários e definir assim de uma forma mais empírica a natureza desses regimes.

Título da Comunicação *A estrutura da decisão política no Salazarismo*

Autor *RITA ALMEIDA DE CARVALHO*

Instituição *ICS – UL*

Título da Comunicação *Decisão Política no Nacional Socialismo*

Autor *ANA MÓNICA FONSECA*

Instituição *ISCTE*

Título da Comunicação *A Câmara corporativa do Estado Novo: a função técnica da decisão política*

Autor *NUNO ESTÊVÃO FERREIRA*

Instituição *ICS – UL*

Título da Comunicação *Um governo dentro do Governo: o poder Mussoliniano na Itália Fascista*

Autor *GOFFREDO ADINOLFI*

Instituição *CIES-ISCTE*

Sala 12.2.12

O Conceito de Democracia

MODERADOR: Filipa Seiceira, ISCTE

<i>Título da Comunicação</i>	<i>A formalidade das leis e a finalidade da democracia: um dialogo entre as teorias democráticas de José de Alencar e António Sérgio</i>
<i>Autor</i>	<i>DIOGO TOURINO DE SOUSA</i> <i>(dsousa@iuperj.br)</i>
<i>Instituição</i>	<i>CEDES/IUPERJ/UFJF</i>

RESUMO

As revoluções democráticas no século XVIII instauraram as primeiras grandes repúblicas modernas recolocando o conceito de soberania popular em termos democráticos. A partir de então, as noções de igualdade de participação e liberdade de expressão invadiram o imaginário ocidental apresentando-se como princípios inescapáveis para a realização de qualquer idéia abstrata de democracia. O mundo hoje parece, todavia, ter simplificado o conceito que antes comportava adjetivos conflitantes, tomando-o apenas em sua chave liberal. O trabalho recupera duas formulações sofisticadas acerca da teoria democrática com o objetivo de repensar tal conceito na teoria contemporânea: por um lado, o modo como José de Alencar – escritor e político brasileiro – propõe a radicalização da igualdade na democratização do sistema representativo; por outro, a defesa de António Sérgio – intelectual português – da democracia como um espécie de “religião da liberdade”, inserindo o elemento da crença em determinados valores na tentativa de contornar os vícios que destroem a vida na sociedade moderna.

Ambas as formulações respondem, em alguma medida, questões cruciais da reflexão democrática ao questionar pressupostos da modernidade. Tal agenda de pesquisa pretende, sobretudo, recolocar o tema da finalidade dos regimes políticos na manutenção da dignidade humana, ampliando o conceito de democracia hoje.

<i>Título da Comunicação</i>	<i>Se há um Governo, sou contra!” Uma máxima Anarquista ou Democrática?</i>
<i>Autor</i>	<i>PAULO PERES</i> <i>(peres.ps@gmail.com)</i>
<i>Instituição</i>	<i>Univ. Federal de São Paulo</i>

RESUMO

A emergência da União Europeia trouxe consigo diversos opositores à formação dessa nova configuração constitucional, desencadeando um renovado interesse teórico, normativo e empírico pelas oposições políticas – vistas, nas últimas décadas, como um estorvo nos processos legislativos e governamentais.

Especialmente nas democracias recentes, em que todas as preocupações normativas são concentradas na defesa de desenhos constitucionais que garantam ou aprofundem a governabilidade, sempre vista como a capacidade do Poder Executivo aprovar sua agenda no Poder Legislativo, tal questão parece ser ainda mais relevante. Em realidade, a literatura comparada, ao aderir à concepção *dahliana* de democracia, vê de maneira positiva apenas a oposição eleitoral e a rotatividade no poder, dando a entender que qualquer oposição durante a legislatura seria nociva à governabilidade; chegando, inclusive, a trabalhar com a falsa dicotomia governo/oposição, como se a oposição igualmente não fizesse parte do governo representativo. Sob tal perspectiva, a proposta da apresentação é discutir a importância da oposição nos regimes democráticos, destacando alguns paradoxos contidos nessa relação – oposição e democracia. Para isso, será analisada a literatura teórica fundamental sobre a oposição e a democracia *vis-à-vis* as análises de política comparada sobre as recentes democracias.

Título da Comunicação

A retórica e uma nova perspectiva democrática

Autor

WALLACE DA ROCHA RODRIGUES

(walacecom@yahoo.com.br)

Instituição

Univ. Federal Juiz de Fora

RESUMO

O artigo tem como norte a perspectiva da retórica enquanto instrumento orientador das ações humanas na sociedade moderna. Entende-se que dentro dos estudos retóricos evidencia-se a possibilidade de uma avaliação positiva da vida social quando coordenadas pelo mútuo entendimento, compartilhado pelos dois lados – o retor e a platéia. Essa evidência faz eco na política ao permitir uma organização democrática próxima ao ideal, fundamentada basicamente pelas ações individuais. A ênfase contemporânea encontra-se presente ao ressaltar um horizonte crítico quanto ao modelo democrático representativo, reverberando, a partir da retórica, um novo norte para a democracia permeada de probabilidades mais eqüitativas. A atualidade do tema é contemplada com análises de Chaïm Perelman e Stephen Toulmin, o que possibilita uma convergência entre a filosofia lógica revisitada e a retórica. Finalizando, há um confronto com a noção de democracia representativa e o aproveitamento dos debates habermasianos sobre esfera pública e pós-metafísica.

Sala 12.2.14

Brasil e o Mundo II

MODERADOR: José Esteves Pereira, Univ. Nova de Lisboa

Título da Comunicação

A nova arquitectura da arena decisória da Política Externa Brasileira

Autor

LETICIA PINHEIRO

(leticia@puc-rio.br)

Instituição

IRI – Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro

RESUMO

Nos últimos 50 anos o chamado protagonismo do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) na formulação e na condução da política externa tem sido uma afirmação recorrente na área de estudos sobre a Política Externa Brasileira. Apesar da correção desta tese no que tange à explicação do processo decisório da política externa brasileira da segunda metade do século XX, sustento que não é possível explicar o contexto mais recente a partir desta perspectiva.

Uma nova arquitetura da arena decisória de política externa vem se montando no país e esta caminha na direção de uma crescente horizontalização do poder Executivo. A hipótese central deste trabalho se desdobra em dois ramos: primeiro de que esta descentralização horizontal traz maior credibilidade às decisões de política externa em função do compromisso das agências governamentais envolvidas que, dado o seu vínculo doméstico, são mais *accountable* do que o Ministério do Exterior; e, no que tange às atividades de algumas dessas agências, justamente pela natureza das suas iniciativas voltadas para temas como educação, saúde e cultura, essa participação concede à política externa brasileira uma perspectiva mais próxima a valores do que a interesses, apesar da sua eventual associação com objetivos estratégicos do governo.

Título da Comunicação

*O lugar do Brasil na Nova Ordem Internacional:
leituras brasileiras do Pós-Guerra Fria (1989-1994)*

Autor

ANDREA OLIVEIRA RIBEIRO
(aoribeiro@gmail.com)

Instituição

Fundação Getúlio Vargas

RESUMO

No Brasil, os anos 80 e 90 têm sido classificados como um período de conflito entre tendências estatizantes e isolacionistas, progressistas e neoliberais. O objetivo desta apresentação é fornecer um quadro das idéias e discutir a contribuição do pensamento diplomático para a construção de uma nova agenda internacional brasileira, a luz de novas fontes e de novas abordagens teóricas.

Nesses 20 anos da queda do muro de Berlim, o debate sobre a conformação da ordem internacional e o lugar do Brasil é uma área fértil para pesquisa. Não apenas porque o Brasil hoje ocupa um lugar de destaque, mas também, por conta das fontes que começam a ser disponibilizadas.

Nesse sentido, a importância do CPDOC como depositário de acervos textuais e de história oral de homens públicos que exerceram funções diplomáticas, como Antonio Azeredo da Silveira e Luiz Felipe Lampreia - esse último ainda em fase de organização -, dentre outros, deve ser ressaltada.

Além disso, novas abordagens como a de Westad (2005) e seu conceito de Guerra Fria Global ou a de Ikenberry (2005.2009) e a idéia de Expansão do Ocidente, lançam luzes sobre o tema, reconhecendo uma margem de atuação autônoma de países periféricos.

Título da Comunicação

*O canto da Yara – o uso da persuasão
brasileira face a uma nova configuração mundial*

Autor

CAROLINA FERREIRA ARAÚJO

(caroltenorio@hotmail.com)

Instituição

Univ. Évora

RESUMO

Vive-se hoje uma configuração muito interessante no que tange às relações de poder entre as nações. De um lado, aquelas que “governam” o Mundo; de outro, os países emergentes, como o Brasil, que desejam ser uma voz activa. E ao mesmo tempo todos estes operando com formas diferenciadas de domínio de poder como as megas empresas e os grandes blocos unidos através da economia. Uma configuração multilateral. Como funcionará um Mundo assim?

~~Sala~~ 12.3.12

Security and state-building

MODERADOR: Daniel Pineu, Univ. Aberystwyth

Título da Comunicação *Trends in Nationalism from AFAR: Stateless Diaspora Groups and Their
Repertoires of Nationalist Activity in Europe: Cases of Kurdish and Sri Lankan Tamil Diasporas*

Autor

BAHAR BASER

[\(bahar.baser@gmail.com\)](mailto:bahar.baser@gmail.com)

Instituição

Instituto Universitário Europeu

RESUMO

My paper focuses on the protest and propaganda repertoires of two stateless Diaspora groups: Kurds and Sri Lankan Tamils in Europe from a long distance nationalism and social movements perspective Both of those diaspora groups come from a conflictual homeland where there is/ was an on-going civil war and they are both very politically active in Europe. I am suggesting to compare Sri Lankan Tamil and Kurdish diaspora activism in terms of nationalist activity in the hostland and to try to reach a generalizable framework for stateless diaspora behavior.

My paper will have a theoretical background explaining what is a diaspora, what is long distance nationalism and stateless nationalism and how it shows itself in host societies where immigrants currently reside. And I plan to give a set of diaspora behavior from the most extreme cases like self immolation to the passive cases of putting posters and preparing handouts. I will compare and contrast two cases to observe how those diaspora groups use repertoires of protest to take the attention of western governments and public to the conflicts in the homeland.

Título da Comunicação

A Queda de Pyongyang: Sonhos, Miragens e Realidade

Autor

NUNO SANTIAGO DE MAGALHÃES

(npsdm2@cam.ac.uk)

Instituição

Univ. Cambridge

RESUMO

Desde 1948 até ao presente que muitos têm sonhado com a queda do regime de Pyongyang. Esse sonho esteve, aparentemente, próximo de realizar-se em várias ocasiões, especialmente durante a década de 90. Contudo, a queda de Pyongyang não passou de uma miragem, tornada ainda mais distante com o desenvolvimento de armas nucleares. Entretanto, numa altura em que as limitações físicas de Kim Jong Il aumentam e surgem dúvidas quanto à capacidade de liderança dos seus presumíveis sucessores, a queda do regime a curto prazo volta a ser encarada como possível. Esta comunicação tem como principal objectivo examinar as possibilidades de essa queda ocorrer num futuro próximo. Divide-se em quatro partes. Primeiramente analisa em que períodos a queda de Pyongyang foi percebida como estando iminente. Em segundo lugar examina a persistência do regime norte-coreano. Em terceiro lugar expõe possíveis cenários políticos relativos a uma Coreia do Norte pós-Kim Jong Il. Em quarto lugar lida com o problema central, analisando quais as possibilidades de concretização dos cenários de queda.

Título da Comunicação

A Transição Democrática em Administrações Internacionais das NU: Kosovo e Timor-Leste

Autor

SÓNIA RODRIGUES
(sonia.rodrigues@ipri.pt)

Instituição

IPRI-UNL

RESUMO

O estudo dos processos de transição democrática adquiriu uma nova vertente de análise com o exercício de poderes soberanos por administrações internacionais transitórias, legitimadas por mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O projecto de tese pretende abordar a problemática da transição democrática aplicada às administrações internacionais, numa vertente de análise que envolve a excepcionalidade da criação de Estados sob os auspícios das Nações Unidas. A investigação será realizada com base na análise comparativa dos processos de transição democrática em Timor-Leste e no Kosovo, através da avaliação do desempenho das respectivas missões das Nações Unidas, que se constituíram como poder administrante internacional provisório nos dois territórios. A investigação será conduzida com recurso aos conceitos desenvolvidos pelas teorias de transição democrática e a concepções específicas inerentes à problemática sobre as administrações internacionais das Nações Unidas. A delimitação temporal do estudo compreende o período desde a nomeação do Representante Pessoal do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor-Leste – o embaixador Jamsheed Marker -, a 12 de Fevereiro de 1997, até ao dia da declaração unilateral de independência do Kosovo, a 17 de Fevereiro de 2008.

Título da Comunicação

*A importância da República do Daguestão para
compreender a actual dinâmica sociopolítica do Cáucaso Norte*

Autor

TIAGO FERREIRA LOPES

(tiago.lobes.mi@gmail.com)

Instituição

ISCSP – UTL

RESUMO

Na sequência do colapso da URSS, a Chechénia emergiu como bastião da resistência no Cáucaso Norte. Após duas guerras russo-chechenas e um programa de combate ao terrorismo a situação parece ter acalmado na Chechénia. A pacificação (aparente) da Chechénia estará, por seu turno, associada a um aumento da instabilidade sociopolítica na Ingushétia e no Daguestão.

Mais recentemente, a instabilidade parece ter alastrado até às repúblicas de Kabardino-Balkaria e Karachaevo-Cherkessia, entidades tradicionalmente pacíficas. O nacionalismo é apontado como sendo a força central da instabilidade, mas a complexidade étnica da região e a incerteza, motivada por sucessivas alterações aos estatutos políticos das várias repúblicas regionais, são elementos que devem ser tidos em consideração.

Na compreensão da evolução da situação sociopolítica na região, podemos ancorar-nos numa análise centrada no Daguestão. A república regional com maior diversidade étnica de toda a Federação Russa e bastião tradicional de resistência a Moscovo, permite uma melhor compreensão da dinâmica em curso no Cáucaso russo. O presente comunicação abordará a complexidade étnica do Daguestão, somando o papel do proto-consecionalismo vigente com o papel das estruturas sociais tradicionais. Segue-se uma abordagem sobre os condicionalismos provenientes do factor islâmico e na terceira parte será analisado o factor económico.

